



A ESCOLA

informação

N.º 305 setembro, 2023 MENSAL 0,50€

Faltam
professores.
É urgente
valorizar
a profissão.

Pela Escola Pública
A Luta
Continua

Escola Pública
Comunidade de Apoio



LEITURAS



Ana Ferreira
"Nós somos os rankings! Precariedade, reflexividade e acção social na academia neoliberalizada"

Conjuntura Actual Editora/
 Edições Almedina, 2023

Nas últimas décadas, o crescimento e a diferenciação do ensino superior e da ciência no nosso país foram acompanhados por uma progressiva precarização dos seus trabalhadores. Contudo, não existe

qualquer investigação que caracterize a população académica precarizada em Portugal. É a isto que este estudo pretende dar resposta.

Avança-se que "este livro realiza esta caracterização e reflete sobre as formas como estes indivíduos reproduzem, resistem ou contribuem para a transformação da academia. Revelam-se longas trajetórias de precarização e os seus impactos laborais e extra-laborais. Estes académicos reproduzem quotidianamente a academia performativa dominante e apresentam uma heterogeneidade de discursos críticos que possibilita-lhes ir resistindo individualizadamente às tensões que vivenciam".

No final, um aspeto se destaca. "A generalidade dos inquiridos converge num ponto: a transversalidade funcional e a extensão temporal da precarização na academia, sendo nefas-

ta a múltiplos níveis que estão muito para além do domínio laboral, é igualmente nociva para a concretização do trabalho académico. A presença desta percepção do trabalho que realizam, aponta para que a precarização não serve nem os trabalhadores académicos, nem a academia como um todo, nem a sociedade".

O projeto de investigação que está na origem deste trabalho continua a desenvolver-se em www.nossomosrankings.pt. ■

Sofia Vilarigues

Autora:

Ana Margarida Grenho Ferreira é investigadora auxiliar no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), onde desenvolve investigação em sociologia da ciência e sociologia da inovação. É dirigente dos Departamentos de Ensino Superior e Investigação do SPGL e da FENPROF.



José Feliciano Costa
DIRECTOR E.I.

A não acontecer nada, a luta tem que ser o caminho

Caros colegas,

Uma calorosa saudação em nome da Direção do SPGL e o desejo de que este ano letivo seja, de facto, o tempo dos professores e que consigamos reafirmar a necessidade da valorização da nossa profissão.

Em recentes declarações à Comunicação Social, o Ministro da Educação mostrava-se muito otimista com o arranque do ano letivo. Os números não confirmam este otimismo e, infelizmente, confirmam o que a FENPROF já afirmou inúmeras vezes com grande preocupação, que é a dura realidade de voltarmos a ter mais um ano onde milhares de alunos não terão todos os seus professores. Nada que nos surpreenda; aliás, é até com tristeza que o afirmamos, pois o que se avizinha não permite a ninguém olhar para a frente com otimismo, muito pelo contrário. Senão, vejamos:

Uma vinculação “dinâmica”, que, além de pecar por tardia, foi muito curta e aquém do que teria sido possível, como confirmam os mais de 4.600 docentes colocados no âmbito da contratação inicial (36% dos 12.814 agora colocados).

Um ano letivo em que o sistema educativo vai ter cerca de mais 15.000 alunos, com 20.800 professores nas bolsas de recrutamento, no início do ano escolar, quando no ano anterior foi necessário contratar cerca de 35.000 docentes para suprir as necessidades.

Alguns grupos de recrutamento já tiveram o último professor da lista colocado, ou seja, não há candidatos, nomeadamente, em Português, Matemática, Biologia e Geologia, Geografia e Informática.

Um corpo docente envelhecido que implica, naturalmente, um aumento de baixas médicas ao qual se acrescenta um número recorde de mais de 3.500 aposentações em 2023, mais 18% do que em 2022.

Apesar do anunciado aumento do número de jovens que procuram cursos via ensino, este ano letivo serão apenas 600 os novos docentes que chegam ao sistema de ensino, portanto, muito poucos para as necessidades.

Continuar a não encarar os problemas, não querendo reconhecer que uma carreira degradada e desvalorizada não atrai jovens e afasta os que cá estão, é caminhar claramente para o abismo e esta tem sido a postura deste governo.

O último episódio é de facto elucidativo, com a aprovação em Conselho de Ministros em agosto último, do Decreto-Lei 74/2023, de 28 de agosto.

Um diploma que **não recupera um só dia dos 6 anos, 6 meses e 23 dias, não elimina as vagas aos 5.º e 7.º escalões, não revoga as quotas na avaliação e gera, até, novas assimetrias**. Ou seja, é mesmo um aspirador e não um acelerador como diz João Costa.

Em 1 de setembro a FENPROF entregou no ME uma proposta concreta e devidamente fundamentada para a recuperação faseada do tempo de serviço nos próximos 3 anos. Como sempre dissemos, consideramos que a negociação é a via privilegiada para a resolução dos problemas. Aguardamos, por isso, uma resposta do ME, que não pode tardar, pois aproxima-se o momento da entrega da proposta do OE 2024 e exigimos que esta enquadre financeiramente este primeiro momento proposto de faseamento. Aguardamos o momento da abertura da “porta”, conforme referiu o Presidente da República, ao promulgar o documento.

A não acontecer nada, a luta tem que ser o caminho e foi isso que disseram centenas de quadros sindicais da FENPROF, reunidos em plenário em Lisboa, no dia 6 de setembro.

Informar e mobilizar os professores é já uma tarefa em curso nas escolas, já com reuniões marcadas, e outras iniciativas, nomeadamente a aprovação de moções sobre a situação profissional dos docentes. Mobilizar, também para uma ampla participação na semana da educação, que começa a 30 de setembro com a Corrida do Professor, o plenário nacional no dia 3 de outubro, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, iniciativas nas escolas com os professores no dia 4 de outubro, a comemoração do Dia Mundial do Professor no dia 5 de outubro, que inclui uma Conferência Internacional e a inauguração da estátua do Professor e a 6 de outubro, uma Greve Nacional que tem de ter grande visibilidade.

Esta é a resposta que os professores têm que dar a um governo que intencionalmente desvaloriza a profissão e a Escola Pública.

Até breve na luta! ■



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . Chefe de Redação: Manuel Guerra . Conselho de Redação: Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas . Composição: Fátima Caria . Jornalistas: Lígia Calapez e Sofia Vilarigues . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: DIP . Fotografia: Joana Rodrigues . Revisão: Lígia Calapez . Impressão: Multiponto, S.A. Edição e Propriedade: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 15.500 . Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Início do Ano Letivo

6. Introdução Dossier

8. Educação Pré-Escolar

9. 1.º Ciclo do Ensino Básico

10. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

11. Educação Especial

12. Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

14. Ensino Superior e Investigação Científica

15. Precariedade: Contratados e Desempregados

16 Cidadania

Jornada Nacional de defesa e reforço do SNS

17. Virgínia Rodrigues

18. Abril e o sindicato na escola

20 Escola Proferssores

6/9/23 | Encontro Nacional de Quadros Sindicais

22. Greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva de estabelecimento

22. A desvalorização do trabalho e dos trabalhadores docentes na SCML

23. Dia Nacional de Afixação de Pendões

26. 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

27. Semana Europeia dos Professores

28 Opinião

Reproduzindo a academia neoliberalizada através da precarização dos seus trabalhadores

30 Internacional

Congresso CPLP-SE

31 Aos Sócios

32. Comissão Executiva do SPGL

33. Assembleia Geral de Sócios do SPGL

33. “Desenhos” | Exposição de Clara Leitão

34. Informação do Departamento de Aposentados

34. Legislação

35. Consultório Jurídico



SPGL
TANTOS ANOS
COMO ABRIL

50
ANOS
1974.2024
SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
membro da FENPROF



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº305 setembro 2023

Início do Ano Letivo

É objetivo deste dossier analisar, em cada um dos setores e níveis de ensino, algumas das suas questões específicas, mas enquadradas num plano mais geral, de nítida desvalorização da profissão docente, sendo que este tem sido um dos objetivos comuns partilhados por vários governos com o propósito de embaratecer o trabalho docente.■

Pela valorização e dignificação da função docente



• José Feliciano Costa

| Presidente da Direção Central do SPGL |

Reiterar a necessidade da reivindicação de um esforço financeiro para a educação é imperativo e, por isso, nunca abdicámos da exigência dos 6% do PIB para a Educação. A resolução dos principais problemas que afetam a educação e aos seus profissionais deve-se exclusivamente a um financiamento desadequado e essa, já percebemos, é claramente uma opção política.

Em agosto de 2022, a FENPROF entregou no Ministério da Educação um Protocolo Negocial com o objetivo de, durante esta legislatura, se tentar resolver os principais problemas que afetam as escolas e os seus profissionais. A recomposição da carreira, as condições de trabalho dando enfoque aos horários mas também às questões da burocracia, o criar de condições para um regime justo de aposentação, o fim da precariedade, um justo regime legal de concursos, o fim des-

te punitivo regime de avaliação de desempenho e a sua transformação num processo formativo e não punitivo, a formação contínua e a formação inicial de professores, e também questões específicas dos vários setores e ciclos de ensino que, pelas suas especificidades de organização e funcionamento, têm problemas muito concretos, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, tanto no ensino público como no privado e cooperativo. É objetivo deste dossier analisar,

em cada um dos setores e níveis de ensino, algumas das suas questões específicas, mas enquadradas num plano mais geral, de nítida desvalorização da profissão docente, sendo que este tem sido um dos objetivos comuns partilhados por vários governos com o claro propósito de embaatecer o trabalho docente.

Isto num quadro que se vai substancialmente agravando e que marca de forma muito negativa a vida e a condição profissional dos professores, educadores e investigadores em Portugal.

Uma precariedade laboral que se prolonga até quase aos 50 anos, uma carreira em que a meritocracia impede o reconhecimento do valor e da qualidade do trabalho realizado, uma avaliação regida por critérios administrativos, cujo objetivo é claramente impedir a progressão na carreira. Para esse desiderato, utiliza-se um perverso modelo de avaliação punitivo municiado por quotas e vagas. Um corpo docente envelhecido, desgastado também por uma enorme carga de burocracia inútil e pela sobrecarga de trabalho, que é resultado de horários

Os setores têm, obviamente, os seus problemas específicos, o que acrescenta razões à necessidade de intensificar a atividade setorial. No entanto, a maioria dos ataques são transversais, atingindo vários ou todos os setores, ainda que por vezes com especificidades. O objetivo é apresentar neste documento uma perspetiva das propostas que o SPGL/FENPROF apresentam para a valorização e dignificação da função docente

que ultrapassam todas as margens da legalidade e, ainda, pelo exercício de um poder hierárquico que resulta de um modelo de gestão de escolas profundamente antidemocrático.

É importante exigir a realização de negociações politicamente sérias que permitam:

- o fim do processo de municipalização imposto, numa clara opção política que o descompromete do Estado central no que respeita ao financiamento da educação pública;

- o reafirmar da necessidade de estruturar um modelo de organização da escola numa perspetiva de participação democrática, inserindo-o num contexto de descentralização, de que resultem claros os poderes a ser exercidos aos diferentes níveis, incluindo o nível local e o nível da escola;

- a desagregação dos mega agrupamentos que desumanizam a vida das escolas contribuindo para o fim de uma gestão de proximidade, tanto em relação a alunos e docentes como às famílias, o que potencia situações de indisciplina e violência na escola, com o aumento da população escolar e o afastamento dos seus órgãos dirigentes;

- o reforço dos recursos humanos e materiais das escolas, condição indispensável para garantir respostas adequadas para todos os alunos, incluindo o fortalecimento do apoio pedagógico acrescido que deverá ser prestado a todos os que dele necessitem;

- a valorização do ensino profissional que não pode ser o parente pobre das vias científicas e humanísticas. Terá de ser uma resposta predominantemente pública, valorizada na oferta curricular, financiada, em primeira linha, por dinheiros públicos e libertada de condicionamentos impostos;

- o reconhecimento da educação inclusiva como uma prioridade, tornando as escolas verdadeiros espaços de inclusão;

- a valorização dos profissionais docentes e dos investigadores, nomeadamente através da valorização das suas carreiras, que se encontram profundamente degradadas;

- o fim do perverso mecanismo do bloqueio de progressões, a que se somam incumprimentos, ultrapassagens e, até, os roubos de tempo de serviço cumprido;

- o combate à precariedade, sendo que a realidade demonstra que os concursos extraordinários de vinculação realizados e a designada norma-travão que consta do regime de concursos, ainda que com as limitadas melhorias que lhe foram introduzidas, não resolveram o problema da precariedade laboral e não responderam às necessidades permanentes das escolas.

Os setores têm, obviamente, os seus problemas específicos, o que acrescenta razões à necessidade de intensificar a atividade setorial. No entanto, a maioria dos ataques são transversais, atingindo vários ou todos os setores, ainda que por vezes com especificidades.

Independentemente de ser exercida no sistema público ou no sistema privado ou social, cuja concretização não é, de todo, indiferente face às condições laborais em que é exercida, o objetivo é apresentar neste documento uma perspetiva das propostas que a FENPROF e os seus sindicatos apresentam para a valorização e dignificação da função docente. ■

Educação de infância pública e de qualidade precisa-se!

▪ **Anabela Tavares**

| Coordenadora da E. Pré-Escolar |

A Escola Pública e a Educação Pré-escolar são uma conquista de Abril! A Constituição da República Portuguesa de 1976 refere, no seu artigo 74.º, que incumbe ao Estado criar um “sistema público e desenvolver o sistema geral da educação pré-escolar”. Também a Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 5.º, refere que “a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico”, afirmando que “incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de pré-escolar”.

No entanto, o desinvestimento dos últimos governos na EPE Pública tem vindo a agravar-se, nomeadamente com a ausência de políticas de alargamento da rede pública de estabelecimentos e o encerramento de salas e escolas em localidades do interior do país, obrigando crianças e alunos a deslocarem-se quilómetros para frequentarem a escola, fazendo com que os mais novos (pré-escolar) fiquem pela aldeia, sozinhos, privados dos meios necessários ao seu desenvolvimento. É necessário que o Estado assuma com urgência as suas responsabilidades nomeadamente a universalidade da oferta de EPE, não através do financiamento e recurso a IPSS ou entidades privadas, opção errada dos sucessivos governos, mas sim assegurando um sistema de ensino pré-escolar público de qualidade, alargando a rede pública para dar a resposta necessária às crianças de 3 e 4 anos em particular nas zonas urbanas de média e grande dimensão, garantindo o

acesso em condições de igualdade e de sucesso educativo para todas as crianças.

Valorizar a EPE é também defender os educadores de infância, o regime de monodocência e as suas especificidades. A extinção do regime especial de aposentação dos docentes que exercem funções em regime de monodocência, e a não apresentação de propostas concretas sobre as reduções de componente letiva, previstas no artigo 79.º do ECD, são medidas de que os educadores de infância têm vindo a reivindicar a correção. Aliado a este problema, é fundamental o rejuvenescimento dos docentes do grupo 100 cuja idade média ronda os 50 anos (dados de 2017) e, num momento em que se inicia o ano letivo, é por demais evidente, a falta de educadores. Rejuvenescimento só possível tornando a profissão motivadora, ou seja, com condições.

Também o indeferimento de pedidos de dispensa da componente letiva, ao abrigo do n.º 3, do art.º 79.º, do ECD “por motivo do docente não possuir 25 anos de serviço efetivo em regime de monodocência” tem sido alvo de contestação por parte do SPGL e da FENPROF junto do Ministério da Educação, afirmando que, independentemente das funções que desempenhem, os docentes encontram-se em regime de monodocência.

Outros problemas que afetam os docentes da educação pré-escolar são as tarefas burocráticas ou administrativas a que têm de dar resposta, mas também a tentativa de escolarização, não respeitando as especificidades da EPE e da avaliação das crianças para as aprendizagens, de acordo com as OCEPE, ou ainda os abusos e a desregula-

ção do horário de trabalho que têm vindo a agravar-se ano após ano, não havendo uma definição clara do conteúdo das componentes letiva e não letiva, bem como a atribuição de tarefas letivas nas horas de redução por idade e tempo de serviço dos docentes.

Exigimos também a representatividade dos educadores de infância nos órgãos de gestão dos AE.

No dia-a-dia, nos jardins-de-infância, urge uma política educativa que tenha o foco na criança e nas suas aprendizagens, nomeadamente através da redução do número de crianças por grupo, de um maior apoio e medidas específicas no acolhimento de crianças estrangeiras, mas também um maior reforço do financiamento dos CRI, com a colocação de docentes de Educação Especial e outros técnicos especializados que respeitem as necessidades reais de apoio a alunos com NEE e com a efetiva redução de alunos por grupo.

Outra reivindicação não menos importante é o reconhecimento do papel dos educadores de infância a exercer funções em creche, assegurando a contagem do seu tempo de serviço como serviço docente. Mas urge também que o Estado assumas as suas responsabilidades em todas as fases do crescimento das crianças através da criação de uma rede pública de creches, de qualidade, gratuita e universal, que garanta o superior interesse das crianças e contribua para o bem-estar e desenvolvimento integral independentemente das circunstâncias e contextos familiares e sociais.

Os educadores de infância não baixam os braços. É urgente valorizar a profissão e exigir respeito! ■

A cegueira da monodocência

• João Barros

| Coordenador do 1º CEB |

Nos últimos anos, em particular desde o mandato da ministra Maria de Lurdes Rodrigues, os professores têm vindo a ser desrespeitados. Longe vai o tempo em que ser professor era das profissões mais nobres e respeitadas.

No que diz respeito ao 1.º Ciclo parece haver, para além desta falta de respeito, um profundo desconhecimento sobre o que é a monodocência. Começando desde logo com o regime de aposentação: muitos professores, ainda no ativo com 65 anos ou mais, tinham a expectativa de se aposentarem por volta dos 55 anos, ou seja dez anos antes. Tudo isto porque as regras mudaram a meio do “jogo”, criando desmotivação, cansaço e sobretudo desalento. Claro que não nos esquecemos de outros assuntos mais atuais, como o que se passa por exemplo com o ponto 3 do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente sobre a dispensa total da componente letiva aos 25 anos e aos 33 anos de serviço, que os professores podem requerer e que não lhes é concedida alegando inconveniência dos serviços ou até atribuindo 35 horas semanais, fazendo tábua rasa do previsto no ponto 7 do mesmo artigo. O mesmo acontece com o ponto 2 do mesmo artigo, que prevê que aos 60 anos os professores possam requerer a redução de 5 horas da componente letiva, mas existem interpretações, fei-

tas de forma distorcida, com casos de professores que, não tendo turma atribuída, as direções das escolas elaboram os horários não respeitando a redução de cinco horas da componente letiva a que têm direito, mesmo tratando-se de professores em regime de monodocência. Há ainda casos em que esta redução da componente letiva lhes é concedida, por direito, mas obrigando-os a acompanhar no apoio educativo um grupo significativo de alunos, que achamos que não é nada mais que a continuação da componente letiva, mudando apenas o grupo de alunos que passam a ser outros que não os da turma que lhe foi atribuída.

Por outro lado, continuam algumas Direções de Agrupamentos a não respeitar horários no 1º Ciclo, excluindo o intervalo da manhã da componente letiva, obrigando os professores a uma carga letiva de 27,5 horas letivas semanais.

Tudo isto feito com a conivência do Ministério da Educação e do Governo, uma vez que não faz chegar aos Agrupamentos orientações para que estes cenários não se repitam e cumpram o que está regulamentado. Não basta o desrespeito do Ministério da Educação para com os professores do 1.º Ciclo e dos restantes professores como temos também algumas Direções de Agrupamento a colaborar nesse mesmo desrespeito.

Muitos destes atropelos têm sido resolvidos devido à denúncia de alguns professores e com o apoio

dos sindicatos como o SPGL e outros afetos à FENPROF.

Os professores do 1.º Ciclo reivindicam também a redução do número de alunos por turma. Torna-se cada vez mais difícil lecionar turmas com tão elevado número de alunos. Acresce que os alunos chegam às escolas com mais problemas sociais, comportamentais e dificuldades de aprendizagem. Outros com dificuldades pelo facto de serem alunos de Português Língua Não Materna. Tudo isto sem que o professor tenha o apoio necessário para dar resposta a todas estas necessidades. Faltam professores de apoio, faltam professores com formação para dar apoio a alunos oriundos de outros países. Para isso é necessário que o Ministério da Educação não reduza o número de professores nas escolas e aposte verdadeiramente na defesa da Escola Pública.

Mas as reivindicações não ficam por aqui. Não podemos esquecer que este Governo nunca nos deu nada sem a luta dos professores. As grandes conquistas devem-se a essas lutas, por vezes com conquistas aquém do esperado, mas que mesmo assim devemos valorizar. Não podemos parar de lutar e exigir a recuperação total do tempo de serviço assim como o fim das quotas para a passagem ao 5.º e 7.º escalão. Não podemos apenas “aspirar” a chegar ao topo da carreira, esse é um direito de todos nós.

Não podemos esmorecer. A luta continua. ■

Só é vencido quem desiste de lutar

▪ **Sílvia Timóteo**

| Coordenadora do 2º e 3º CEB e E. Secundário |

Na nossa luta mais que justa pela defesa da Escola Pública e pelos direitos da nossa profissão, não raras vezes nos esquecemos que muitas foram as conquistas ao longo destes quase 50 anos, fruto de muitas lutas travadas pelos sindicatos da FENPROF, da qual o SPGL faz parte, e pelos professores e educadores portugueses. E, no atual momento de luta e de forte mobilização docente, recordá-las é particularmente importante na medida em que fortalece o ânimo e a resiliência necessários aos tempos que se avizinham.

Assim, trago à vossa lembrança um resumo de algumas das conquistas sindicais. Começo, como não poderia deixar de ser, pela criação, no final dos anos 80, do **Estatuto da Carreira Docente**, documento importantíssimo para a regulação da profissão docente. Depois veio, em 2000, o reconhecimento do direito ao **Subsídio de Desemprego** que até aí era vedado aos professores. No tempo da Maria de Lurdes Rodrigues, os professores saíram em força às ruas e foi a sua tenacidade que impediu a **Divisão da Carreira**, com a criação dos professores titulares e o **fim das 2 horas letivas atribuídas ao cargo de DT**, que iria repercutir-se no desaparecimento de milhares de horários a nível nacional. Mais recentemente, assistimos ao fim da famigerada **BCE**, ao reconhecimento, para os docentes que lecionam em diferentes escolas de um agrupamento, que o **tempo de deslocação entre escolas** deve ser contabilizado na CNL do seu horário, assim como o **direito ao pagamento das deslocações entre escolas**. Em 2019, veio a **recupe-**

ração parcial do TS congelado (2 anos, 9 meses e 18 dias), ainda que insuficiente, a verdade é que o ME cedeu na sua intransigência de não contar nem um dia do tempo congelado aos professores, numa clara atitude de discriminação. Já no ano letivo que terminou, o ME foi obrigado a recuar em várias das suas propostas, por força da esmagadora pressão dos professores, relativamente à **nova legislação dos concursos** (Mapa de pessoal docente, Gestão de docentes pelo Conselhos de QZP, fim da MI para QE/QA e da graduação profissional como único critério na ordenação dos docentes, entre outras). Por último, no passado mês de julho, após contestação e recurso aos tribunais por parte dos sindicatos, conseguiu-se, finalmente, o **reingresso na CGA** dos docentes que em 2006 se viram forçados a integrar a SS.

Mas recordar conquistas não nos faz esquecer a lutas atuais que passam inevitavelmente por um investimento na valorização da profissão que é essencial para a tornar atrativa junto dos jovens e assim resolver o grave problema da falta de professores que se agrava de ano para ano. Por isso, vamos continuar a exigir a equiparação com as regiões autónomas relativamente à **recuperação total do TS congelado**, e à **eliminação das quotas** de acesso aos 5.º e 7.º escalões; o fim da precariedade docente com a criação de **Concursos de Vinculação Extraordinária** nos quais a graduação profissional seja o único critério, ao contrário do que acontece com a NT e a VD.

A falta de professores, sendo transversal a todos os ciclos, sente-se de uma forma mais acentuada nos **2.º, 3.º Ciclos e no Ensino Secundário** e tem vindo a criar uma pressão extra sobre esses docentes, nomeada-

mente, na atribuição de **horas extraordinárias** e criando situações de **sobretabalho**. Paralelamente e de forma a manter a qualidade científica e pedagógica dos docentes, é urgente um investimento do ME na **formação de professores**, quer inicial quer nos docentes com habilitação própria que pretendem adquirir a formação profissional, e tal não pode passar por atribuir, de forma leviana, habilitações para a docência que põem em risco a qualidade da Escola Pública. De igual forma, continuaremos a defender o regresso da **contabilização dos 30 dias de desconto para a SS** para os docentes contratados, independentemente do número de horas semanais do seu horário; que as **horas de redução do art. 79.º** sejam alocadas à componente de trabalho individual do docente e não à CNL; que exista uma clarificação e regularização por parte do ME relativamente aos **horários de trabalho** (limite de níveis/disciplinas/anos/turmas por docente, que atividades se inserem na CL e na CNL) e não meras orientações que não são respeitadas pelas escolas, e, também que os docentes do **Ensino Profissional** deixem de ser tratados como uma espécie de professores de segunda, impedidos de faltar por motivos justificáveis ou de fazer greves, dada a obrigatoriedade de cumprirem com as horas de formação, sendo muitas vezes coagidos a fazê-lo durante as interrupções letivas ou através de horas extraordinárias que não são pagas. E muitas, muitas mais reivindicações...

Por tudo isto, colegas, a palavra de ordem tem de ser **Continuar a Luta**, manter inabaláveis a confiança e a convicção de que os professores unidos vencerão porque a História mostra-nos que **“Só é vencido quem desiste de lutar”**. ■

Decreto-Lei n.º 54/2018: uma reflexão

• Ana Cristina Gouveia • Jorge Humberto Nogueira

| Coordenadora E. Especial | | Dirigente sindical |

O DL 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei 116/2019, de 13 de setembro, foi publicado com a pretensão de que a educação seja um direito efetivo de todos, onde todos os alunos adquiram oportunidades de aprendizagem significativas, onde todos sejam respeitados e valorizados, uma verdadeira escola inclusiva. Estando todo o documento delineado para a defesa da inclusão, pena é que seja apenas no papel e não permita a sua eficaz operacionalização nas escolas.

É de ressaltar que esta proposta legislativa não partiu da necessidade das escolas, nem foi consequência de uma avaliação efetuada à legislação anterior. Daqui resultou uma aplicação artificial, imposta de cima para baixo, que leva a enormes discrepâncias na interpretação e na sua aplicação pelo país.

Face ao exposto é pertinente:

- Realizar uma avaliação independente da aplicação da lei, apurando o que não resultou, o que está a mais e o que mudou em termos de inclusão dos alunos, de diferenciação do ensino e do desenvolvimento de respostas para a diversidade e sucesso;
- Tornar a legislação coerente e articulada, generalizando os princípios da inclusão a todo o sistema, fazendo com que esta não seja apenas a uma lei setorial denominada de regime de educação inclusiva, que se confunde com um conjunto de medidas exclusivas para determinados alunos;
- Não perder de vista a necessidade de intervenção em fatores que são causas de exclusão, nomeadamente a pobreza, a imigração, a diversidade étnica e cultural, entre

outros fatores sociofamiliares, que contribuem para o risco de exclusão;

d) Dar autonomia às escolas e seus professores para serem eficazes e definirem os seus próprios projetos de inclusão, dotando-as de mecanismos de regulação e dos meios necessários para tal, contrariando uma normalização centralizadora, que resulta da eterna desconfiança da tutela;

e) Estruturar estes princípios com as respostas pós escolaridade obrigatória, para que a vida de muitos jovens não acabe por ser ficar em casa ou na lista de espera de um CAO.

Para além dos problemas e assimetrias, desarticulação e falta de coerência, que a legislação criou, ficou também patente que as escolas não foram dotadas dos recursos necessários para desenvolver políticas e práticas de equidade e inclusão. Nem de recursos humanos para parcerias, apoio educativo, apoio aos alunos de LPNM, ou tutorias; nem de recursos especializados, como os professores de educação especial (em número adequado), terapeutas e técnicos especializados, ou ainda de assistentes operacionais especializadas para acompanhamento dos casos que necessitam de acompanhamento específico, nomeadamente alunos com deficiência ou perturbações graves, a necessitar de apoios diretos no âmbito da escola e da sua permanência em atividades da escola e da turma.

A ausência de equipas multidisciplinares, com técnicos e terapeutas no âmbito do sistema educativo, dificulta a criação de uma resposta consistente e eficaz no ensino público, que possa ser sentida como uma alternativa à institucionaliza-

ção e leva muitas famílias a contratualizar particularmente esses apoios, criando desigualdades sociais. O próprio Ministério da Educação externaliza a contratação desses técnicos, em vez de criar respostas integradas dentro da dinâmica do sistema público.

Substituir uma lei que estabelecia um regime de Educação Especial, por outra que decreta um regime Inclusivo, sem cuidar das funções e das necessidades de quem precisa, faz com que não se estejam a acautelar as necessidades concretas e realistas de uma população determinada, mas sim a torná-la invisível.

Seria uma grande desilusão constatar que, afinal, um suposto Regime Inclusivo, resulta na prática como uma forma de poupar despesa na educação, diminuir recursos e retroceder na oferta pública inclusiva para todos, sem exceção, criando o serviço mínimo que exclui.

É importante:

- Definir o estatuto e o propósito da Educação Especial nas suas vertentes de apoio à inclusão dos alunos com Necessidades Específicas; bem como de apoio direto e acompanhamento dos que necessitam de Educação Especial;
- Dotar as escolas de recursos humanos, de acordo com as necessidades de cada uma e dos respetivos projetos de inclusão;
- Contratar equipas multidisciplinares de técnicos e terapeutas em número adequado, no âmbito dos AE, permitindo a sua inserção nos objetivos e dinâmica de cada AE. Estes são alguns dos principais constrangimentos, ainda que as dificuldades possam variar de acordo com a realidade de cada unidade de ensino e contexto específico. ■

Ação reivindicativa

▪ **Graça Sousa**

| Coordenadora E. Particular e Cooperativo |

Dossier

Início do Ano Letivo

A contratação coletiva é um direito exercido pelos sindicatos, na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Para o SPGL no âmbito da FENPROF, a luta sindical no Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias, tem tido como prioridade a negociação de Convenções Coletivas que garantam melhores condições de trabalho, nomeadamente, carreiras e salários dignos do exercício da profissão docente nestes setores de ensino.

Relativamente ao **EPC**, depois de sete anos de ausência de um Contrato Coletivo de Trabalho para o setor, devido à norma da caducidade das convenções coletivas, foi celebrado entre a FENPROF e a CNEF um novo CCT, publicado em dezembro de 2022, estando neste momento em curso um processo negocial de revisão do mesmo, para vigorar ainda

O SPGL e a FENPROF continuarão a lutar no âmbito da negociação coletiva pela dignificação do exercício da função docente no EPC, IPSS e Misericórdias, tentando aproximar as condições de trabalho, de carreira e salariais dos docentes destes setores às dos docentes do ensino público

este ano letivo, com efeitos a setembro de 2023.

No seguimento do compromisso assumido pela FENPROF na celebração do CCT com a CNEF, esta revisão tem como objetivo negociar as matérias que não foi possível melhorar aquando do acordo da convenção vigente e que necessariamente devem voltar à mesa da negociação, respondendo direitos e garantias que, no entendimento da FENPROF, os professores adquiriram.

Neste sentido, apresentámos uma proposta que tem como prioridade a recuperação de tempo de serviço prestado, a melhoria do reposicionamento na carreira para os professores do ensino profissional, a alteração da organização do horário letivo dos docentes do ensino artístico especializado e consequente diminuição do número tempos letivos, entre outras matérias.

No que respeita à tabela salarial, a FENPROF apresentou à CNEF uma proposta de aumento salarial no nível de ingresso de 100€, nos restantes níveis uma atualização de 52€ e no nível de topo 45€. O processo negocial foi interrompido no mês de agosto e será retomado até ao final de setembro. Sempre que se justifique, faremos chegar aos sócios novas informações.

Como é do conhecimento público, a CNEF anunciou recentemente que entre 1 setembro de 2023 e 31 de agosto de 2024, será atribuído aos docentes um benefício único extraordinário e transitório que represente em média, 4% da remuneração anual.

A FENPROF reagiu de imediato, através de uma nota à comunicação social, defendendo que o problema do baixo valor dos salários

dos docentes do EPC deveria ser resolvido com a aprovação de um contrato coletivo de trabalho que dignificasse o exercício da profissão neste setor de ensino e não com a atribuição de um prémio com carácter transitório, cujo valor não será integrado no salário dos docentes.

No que respeita ao **setor das Misericórdias** e no seguimento da publicação do primeiro Contrato Coletivo de Trabalho entre a FENPROF e a UMP em junho de 2023, com efeitos a partir de novembro de 2022, foi iniciado um novo processo negocial em julho com vista à revisão salarial para o ano de 2023.

Foram apresentadas propostas com vista à criação de dois novos níveis salariais no topo da tabela dos docentes licenciados e profissionalizados, à semelhança do que existe nas tabelas do CCT das IPSS, nomeadamente o nível 9 com 28 anos de serviço, a que corresponde o valor de 2.354 euros e o nível 10 com 29 anos de serviço, a que corresponde o valor de 2.618 euros. Nos restantes níveis, foi proposto um aumento salarial de 100 euros.

Quanto ao **setor das IPSS**, foi publicado em junho de 2023 um Contrato Coletivo, celebrado entre a FENPROF e a CNIS, com texto global consolidado e novas tabelas salariais com efeitos a partir de 1 de julho de 2022. Recentemente a FENPROF chegou a acordo com a CNIS, para os aumentos salariais referentes a 2023, cujas respetivas tabelas serão publicadas em breve e terão efeitos retroativos a janeiro do presente ano. No nível de ingresso foi acordado um aumento de 30€ e nos restantes níveis, 1%. Aquando da publicação em BTE

faremos a sua divulgação na página do SPGL, assim como será enviada a informação aos sócios. Durante vários anos o SPGL e a FENPROF lutaram pelo reconhecimento do tempo de serviço em creche como serviço docente, tendo desenvolvido várias iniciativas para esse efeito, nomeadamente reuniões com o Ministério da Educação, com os grupos parlamentares e ainda concentrações de educadores de infância junto às instalações daquele ministério. Foi devido à ação do SPGL e da FENPROF que, finalmente, o Ministério da Educação reconheceu o tempo de serviço dos educadores de infância como serviço docente, no novo diploma de concursos.

Na sequência desta conquista, a FENPROF irá apresentar à CNIS e à UMP, nos próximos processos negociais de revisão dos respetivos CCT, a eliminação da Nota referente ao bloqueio na progressão (nível 5) dos educadores a exercerem funções em creche, de modo a permitir que tenham a mesma carreira que os educadores de infância a exercerem na educação pré-escolar.

Reconhecendo que o atual financiamento público para as escolas profissionais privadas e também as do ensino artístico especializado é insuficiente e que tem colocado em causa as condições de trabalho dos docentes (carreiras e horários letivos) daqueles estabelecimentos, o SPGL e a FENPROF, no âmbito da discussão pública da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2024 irão, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, apresentar propostas no sentido de sensibilizar o governo para a atualização deste financiamento. O SPGL e a FENPROF continuarão a lutar no âmbito da negociação coletiva pela dignificação do exercício da função docente no EPC, IPSS e Misericórdias, tentando aproximar as condições de trabalho, de carreira e salariais dos docentes destes setores às dos docentes do ensino público. ■



Um ano letivo crítico para o ensino superior e a investigação científica

• **Tiago Miguel Dias**

| Coordenador do E. Superior e Investigação |

O ano letivo 2023/2024 antevê-se como um dos momentos mais críticos na história recente do ensino superior e da investigação científica em Portugal, atendendo à elevadíssima importância das várias alterações de políticas que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), o Governo e a Assembleia da República se propõem levar a cabo para estes sectores, todas com um fortíssimo impacto no funcionamento das instituições mas também na vida dos docentes e investigadores: a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a revisão dos estatutos das carreiras de investigação científica e de docente do ensino superior politécnico e universitário, a criação do estatuto da carreira do pessoal docente e de investigação do ensino superior privado e a revisão do modelo de financiamento das instituições de ensino superior. Sendo certo que em novembro de 2022 ficou acordado com os

Por tudo isto, o ano letivo 2023/2024 será, certamente, um ano muito desafiante e de uma atividade sindical intensa por parte do DESI do SPGL e da FENPROF, para a qual o envolvimento dos docentes será, como sempre foi, fundamental para se conseguir o desejado sucesso reivindicativo

responsáveis do MCTES um protocolo negocial para tratar de todas estas matérias, com um calendário devidamente estabelecido, também é verdade que até este momento os responsáveis do MCTES ainda não convocaram qualquer reunião para começar estes processos negociais, apesar da muita insistência e protestos por parte da FENPROF e dos seus sindicatos. Neste novo ano letivo espera-se uma outra postura da ministra Elvira Fortunato, e também do seu secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Nuno Teixeira, dada a urgência em resolver estes problemas e a maior pressão que docentes e investigadores, mas também os dirigentes das instituições, começam a fazer nesse sentido.

Entretanto, o combate à precariedade será outra importante luta que continuará a ser desenvolvida neste novo ano letivo. Neste propósito, uma das principais prioridades da ação sindical do Departamento de Ensino Superior e Investigação (DESI) do SPGL continuará a ser o setor da investigação científica, dada a situação de ameaça de despedimentos em massa a partir de janeiro 2024 e a esperada ineficácia do amplamente criticado programa FCT-Tenure da ministra Elvira Fortunato. A ação reivindicativa desenvolvida no último ano, que teve como um dos seus marcos mais relevantes a manifestação de 16 de maio, a maior manifestação de sempre de investigadores em Portugal, já obrigou o MCTES a fazer revisões à versão original do programa FCT-Tenure. Contudo, há ainda

vários aspetos do programa que continuam a precisar de ser alterados. Assim, até ao final de 2023, o DESI do SPGL continuará ativamente empenhado na reformulação deste programa governativo e do mecanismo financeiro que lhe está associado para se conseguir o verdadeiro cumprimento da aplicação do DL 57/2016 e da Lei 57/2017, ou seja a abertura de concursos para a carreira para todos os colegas que virem os seus contratos renovados do quinto para o sexto ano, bem como a promoção de um tratamento semelhante dos contratos com Instituições de Ensino Superior (IES) e com as Instituições Particulares sem Fins Lucrativos (IPSFL) delas dependentes e a possibilidade de acesso a esse mecanismo de financiamento por parte das IES de natureza fundacional, conforme o SGPL e a FENPROF há muito vêm exigindo ao Governo. De notar que esta matéria também está prevista no já referido protocolo negocial acordado com o MCTES, ainda que até ao momento não tenha sido alvo de qualquer negociação.

Por tudo isto, o ano letivo 2023/2024 será, certamente, um ano muito desafiante e de uma atividade sindical intensa por parte do DESI do SPGL e da FENPROF, para a qual o envolvimento dos docentes, sejam eles do ensino público ou privado, do subsistema politécnico ou universitário, e dos investigadores, bolsheiros e demais trabalhadores científicos será, como sempre foi, fundamental para se conseguir o desejado sucesso reivindicativo. ■

Temos que estar mobilizados e organizados

• Eduardo Jordão

Coordenador da Frente de Trabalho Precariedade: Contratados e Desempregados

O ano que passou foi marcado pela luta dos professores. Plenários, greves, manifestações (a de 11 de fevereiro com 150.000 manifestantes), reuniões nas escolas, concentrações à porta do ME, um acampamento e uma caravana que percorreu o país de norte a sul. Estas iniciativas foram a resposta dos professores à insuficiência das propostas do ME.

No que toca aos professores contratados e desempregados, tivemos a aprovação de um regime de concursos que não dá resposta ao problema da precariedade vivida por milhares de colegas.

Quando o que se exigia era a vinculação de todos os professores com 3 ou mais anos de serviço, sem outras exigências ou requisitos, o que o ME deu foi um regime de concursos que abriu 10.624 vagas (2401 pela chamada norma-travão e 8223 pela designada “vinculação dinâmica”) sendo que cerca de 20.000 professores têm 3 ou mais anos de serviço. Mais, tendo em conta que este novo processo de vinculação (“vinculação dinâmica”) exigia não apenas a prestação dos 1095 dias mas também pelo menos 180 dias em cada um dos últimos dois anos, ou 365 no total dos dois com um mínimo de 120 em cada um, abriram-se portas a ultrapassagens. E, ainda, como requer que no ano letivo seguinte (2024-2025) os professores agora vinculados manifestem disponibilidade para colocação em todo



o país irá obrigá-los, mais uma vez, a deslocarem-se para longe das suas residências. Aliás, terá sido por esta razão que 32% das vagas abertas ficaram por preencher.

Por resolver fica também a discriminação salarial dos professores com vínculo precário. O diploma aprovado cria dois novos índices salariais (188 e 205) o que parte do pressuposto (falso) de que não existem docentes contratados com 12 ou mais anos de serviço. Ora, ainda assim há que valorizar o que foi conseguido através da luta consequente e organizada dos professores, não esquecendo que a proposta inicial do ME abriria apenas 5.000 vagas, que visava substituir os atuais QZP por mapas de pessoal e que a graduação profissional não fosse o único critério de seleção dos professores, introduzindo o “perfil de competências” como critério. Só pela luta se conseguiu travar tais pretensões. Há que mencionar também o acordo conseguido sobre a vinculação e regime de concursos dos docentes de técnicas especiais com a luta dos professores das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis.

Os professores contratados e desempregados estão na dianteira da luta contra a precariedade por um vínculo laboral, mas a nossa luta é também a mesma dos outros colegas, por uma carreira que aspiramos integrar, por horários de trabalho de 35 horas semanais, pela redução da burocracia, pela valorização da profissão de modo a torná-la atraente para os jovens, por uma escola pública, democrática e de qualidade. É neste sentido que temos que estar mobilizados e organizados, participar nas iniciativas e dinamizar os núcleos sindicais das nossas escolas.

Esta é uma luta que não pára enquanto não houver uma solução real para os problemas dos professores. Uma luta que em setembro começou com os pré-avisos de greve às horas extraordinárias, ao sobretrabalho e a CNLE, com a afixação de pendões e com o início das reuniões nas escolas. Em outubro com os *outdoors* colocados em vários sítios do país, com um Plenário Nacional junto à residência oficial do PM no dia 3 de outubro, e a Greve Nacional dos Professores e Educadores, em 6 de outubro. ■



Jornada Nacional de defesa e reforço do SNS

Augusto Figueiredo
Coordenador do Movimento Sindical Unitário

A Revolução do 25 de Abril, cujo 50.º Aniversário celebramos no próximo ano, veio a consagrar na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, que «todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover» e que esse direito é realizado «através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos», tendencialmente gratuito, após as revisões constitucionais.

No passado dia 16 de setembro de 2023, por todo o país, realizou-se uma Jornada Nacional de Defesa e Reforço do SNS público, universal e gratuito, de acordo com o plano de ação da CGTP-IN, em parceria com o MUSP – Movimento de Utentes de Defesa dos Serviços Públicos e os sindicatos dos Enfermeiros, Médicos e da Administração Pública. Na área do SPGL realizaram-se diversas ações significativas que contaram com a forte mobilização de professores, educadores e investigadores, a saber:

Região de Lisboa: *Concentração/Manifestação*, da Av. Fontes Pereira de Melo em direção ao Saldanha, em Lisboa;

Região do Oeste: *Ação de luta na Rua das Montras*, em Caldas da Rainha;

Região de Santarém: *Concentração*, no Jardim da Liberdade, em Santarém;

Região de Setúbal: *Manifestação*, da Estação Rodoviária para os Paços do Concelho, em Santiago do Cacém; *Manifestação*, do Hospital de São Bernardo para o Jardim do Bonfim, em Setúbal. Num tempo em que se assiste ao desmantelamento e destruição do SNS público, universal e gratuito, é imperativo exigir a sua defesa e o seu reforço, desde logo reclamando a valorização dos seus profissionais que resistem de forma estóica aos ataques às suas carreiras, à desvalorização salarial, à degradação das suas condições de trabalho e a horários de trabalho desumanos. Recorde-se, também, que mais de um milhão e meio de utentes continua sem médico de família ou as longas e infundáveis listas de espera para consultas externas, exames e cirurgias. Sim, somos um dos países da UE onde as famílias mais pagam em despesas com a saúde e, pasme-se, o Estado português, com os impostos pagos pelos utentes, transfere mais de 40% do orçamento do Ministério da Saúde, cerca de 6 mil milhões de euros, em prestação de serviços privados na área da saúde. Em lugar de investir o dinheiro público no setor público, submete-se assim aos interesses financeiros e especulativos da “indústria da doença”!



A prática governativa das últimas décadas está longe de cumprir integralmente a visão inovadora que é o SNS saído de Abril, designadamente através da aposta na promoção e na prevenção da saúde, através de cuidados primários de proximidade. Pelo contrário, constatamos diariamente o aumento dos lucros obscenos dos grupos desta área em contraponto com as populações que vêem o acesso a este direito básico dificultado ou mesmo negado.

Não há tempo a perder para lutarmos pelo cumprimento de um direito constitucional: o direito à saúde. Também os professores, educadores e investigadores, participando activamente com os utentes e restantes trabalhadores, defendem esta conquista maior do 25 de Abril. E ao lutarem por este e outros direitos estão a dar e a ser exemplo, contribuindo para uma intervenção crítica/reflexiva e para a construção de uma cidadania participada. ■



Virgínia Rodrigues

António Avelãs
Dirigente sindical

Era impossível não gostar da Virgínia. Um corpo franzino alimentava um sorriso docemente enérgico, a anunciar sólidas convicções e uma sólida cultura que não a impediam de uma abertura a quem não pensava como ela desde que irmanado na luta pela liberdade e pela justiça social. Nascida em Mirandela (em 1934), mudada para Lisboa, militou ativamente no PCP, antes e depois de 1974. À Virgínia Rodrigues se deve boa parte da importância que a educação especial ganhou na ação do SPGL (e da FENPROF) desde a criação do sindicato, em ampla colaboração com uma larga equipa liderada pela inestimável Regina Silveira, cuja memória continua também bem presente no SPGL. Como sócia e dirigente sindical, Virgínia Rodrigues nunca desistiu de lutar por uma escola pública de qualidade e inclusiva, desdobrando a sua intervenção em jornadas pedagógicas, formação de professores, tendo tido participação ativa nas campanhas de alfabetização lançadas logo após a revolução de 1974. A luta pela paz foi uma das causas que abraçou, integrando o Conselho Portu-

guês para a Paz e Cooperação (CPPC) e procurando que essa mesma causa fosse abraçada pelos professores. Virgínia Rodrigues morreu a 7 de agosto passado. Do seu legado fica-nos uma Escola que faz da inclusão das crianças com dificuldades e limitações uma das suas linhas diretoras. É nossa obrigação continuar a lutar para que essa inclusão seja cada vez mais uma realidade frutuosa. Também nos fica uma magnífica banda desenhada sobre o 1º de Maio, de cujo texto foi autora, editada pela FENPROF. Foi uma das impulsionadoras das sessões de “O meu livro quer outro livro” que durante 10 anos o Departamento de Educadores e Professores Aposentados do SPGL promoveu, tendo participado na dinamização de algumas das sessões, como a realizada no dia 25 de fevereiro de 2016, sobre Castro Alves, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6B0zIU49Xck> Nestas sessões leu alguns dos seus poemas, que gostaria de ter publicado. Obrigado, Virgínia. Pelo teu sorriso. Pela tua solidariedade. Pelo teu contributo para a Escola Inclusiva. Pelo teu trabalho no SPGL e na FENPROF ao serviço dos professores e do país. ■



Abril e o sindicato na escola

Manuel Guerra
Coordenador da Informação

SPGL tantos anos como Abril! Este é o ano lectivo e o ano sindical em que celebramos o 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), formalmente nascido no dia seguinte ao primeiro 1.º de Maio em Liberdade, ainda que a sua génese remonte ao período da resistência ao fascismo, designadamente através da acção levada a cabo pelos nossos colegas que, mesmo nas condições mais difíceis, dinamizaram a actividade daqueles que viriam a ser reconhecidos, após diferentes etapas e formulações, entre 1969-1974, como Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório. Como afirmará o editorial de *O Professor* no seu primeiro número, de edição dupla, após o 25 de Abril: «Da semente dos GEPDESP brotou então uma realidade qualitativamente superior — o Sindicato dos Professores.»

Homenagem justa seja feita também a todos os homens e mulheres que lutaram heroicamente contra a natureza criminosa da ditadura, muitos dos quais sacrificando a própria vida em perseguições, prisões, torturas, condenações, assassinatos, sem poderem, assim, conhecer e viver o tempo da liberdade e dos direitos. Sim, foram estes homens e mulheres os primeiros a resistir e a construir, nas mais variadas frentes, a esperança para a tão desejada «festa» cantada por Chico Buarque. Homenagem justa seja feita ainda aos «capitães de Abril» que no dia 25 de Abril e no processo revolucionário que lhe sucedeu, acompanhados desde cedo por um levantamento popular, na célebre aliança Povo-MFA, procuraram libertar Portugal e iniciar uma viragem histórica.

Considerando a importância das comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril e do nosso Sindicato, a nossa acção, enquanto professores, educadores

e investigadores, mas também enquanto activistas, delegados e dirigentes sindicais, é insubstituível. Seja na sala de aula, na escola ou na «esquina» onde espreita um amigo, a nossa acção é determinante para celebrar Abril.

Celebrar Abril tendo desde logo presente o que significou, as transformações que comportou, contrariando assim as tentativas de apagamento do seu horizonte e aqueles que procuram reescrever ou apagar o significado da Revolução.

Lembre-se bem: a libertação de Portugal de 48 anos de fascismo e da opressão; o fim de treze anos de guerras coloniais onde foram sacrificadas famílias e gerações de jovens, uns pela via da guerra, outros pela via da emigração, e a afirmação de uma política externa que se deve reger pela paz entre os povos; o reconhecimento da independência dos povos em luta há vários séculos submetidos ao colonialismo; o fim do isolamento internacional do País; a consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos e dos princípios basilares da Democracia que viriam a ficar plasmados na Constituição da República Portuguesa (1976). E mesmo que muitos pretendam recontar a História, há ainda outras conquistas que decorrem do período revolucionário que floresceu em Abril, nomeadamente, entre tantas outras: a institucionalização do salário mínimo nacional, das reformas e das pensões mínimas, o direito à segurança social para largos sectores da população, o alargamento do direito a dias de férias, o subsídio de férias, o 13.º mês, a licença por parto, a redução do horário de trabalho, a protecção no desemprego, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos... e o reajustamento das letras dos professores, passo fundamental na dignificação e revalorização da profissão docen-

te (Dec. Lei 290/75, de 14 de Junho). Não menos importante foi o combate ao obscurantismo e à degradação moral da sociedade, às discriminações a que mulheres e jovens estavam sujeitos, à subalimentação de grande parte da população e ao analfabetismo. Sim, Abril criou condições para a introdução de alterações no sistema educativo em Portugal, por forma a garantir o acesso de todos os portugueses à educação e a todos os níveis de ensino, independentemente das suas condições socioeconómicas. Nessa época, Portugal tinha uma taxa de analfabetismo de 49% e mantinha níveis impressionantes de segregação social e escolar, como se pode confirmar com o facto de apenas 5% dos estudantes do ensino superior serem originários de meios operários e camponeses — a propósito, importa aqui lembrar o envolvimento que vários dos nossos colegas e sócios tiveram nas campanhas de alfabetização.

Enfim, inúmeras transformações progressistas no ensino, na saúde, na economia, na cultura, no desporto, no ambiente, que representaram passos importantes no caminho por um Portugal melhor.

Mas celebrar Abril é também estar atento e dar firme combate aos ataques às suas conquistas. Sim, as conquistas de Abril, consagradas na nossa Constituição, são demasiado importantes e profundas para sucumbirmos à tentação da indiferença, nomeadamente considerando as vagas mais ou menos visíveis de enfraquecimento a que os respetivos direitos políticos, económicos, sociais e culturais sistematicamente estão sujeitos. Intervirmos perante a situação que a nossa Escola Pública atravessa, fruto da acção de sucessivos Governos e da falta de soluções há muito apontadas pelo SPGL e os sindicatos da FENPROF, é também celebrar e continuar

Abril. E ainda que sejam inegáveis os avanços significativos na democratização do acesso ao ensino trazidos com a Revolução, não podemos alhear-nos dos indicadores em que Portugal continua na cauda da União Europeia, como, por exemplo, a taxa de analfabetismo de 3,1%, com cerca de 300 000 sem saber ler nem escrever e com apenas 52% a ter concluído o ensino secundário ou superior, quando a média da UE é de 78% (dados dos censos de 2019). Sinal igualmente preocupante é o do orçamento para a educação, muito longe da meta de 6% do PIB, conforme recomendação da UNESCO e da OIT, ou a falta de um verdadeiro modelo de gestão democrática que potencie uma participação efectiva nas escolas e uma formação integral.

Mas, colegas, camaradas de luta,

Porque os direitos se defendem exercendo-os, estaremos também a comemorar Abril nas nossas escolas, a verdadeira sede do nosso Sindicato, dinamizando a actividade do nosso núcleo sindical, reunindo, discutindo, mobilizando outros activistas ou elegendo/fazendo-nos eleger delegados sindicais. Não podemos aceitar os ataques, tal como aconteceu recentemente, perpetrados contra a liberdade sindical. Lembremos os entraves colocados ao direito à greve, no último ano lectivo, com a aplicação de verdadeiros serviços máximos, ou mais recentemente os entraves que colegas, delegados e dirigentes sindicais encontraram por parte de algumas direcções de AE/ENA para a afixação de pendões nos quais se aponta um problema que todos deve convocar: *Faltam professores. É urgente valorizar a profissão. Pela escola pública, a luta continua!*

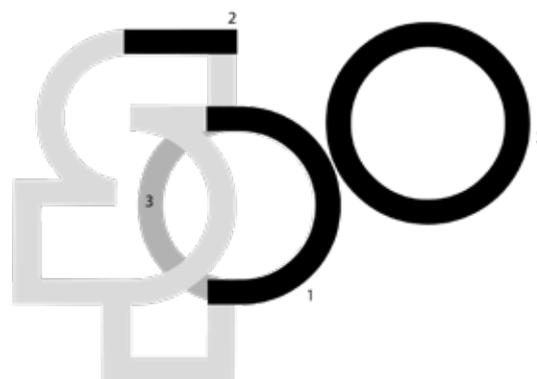
Construindo colectivamente o rumo da nossa acção, e lembrando o percurso dos nossos colegas que outrora sonharam um Sindicato «mesmo na noite mais triste / em tempo de servidão», demonstramos que «há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não.»

**Somos muitos, muitos mil,
para continuar Abril!**

O autor escreve segundo o anterior acordo ortográfico.



Logotipo comemorativo dos 50 anos do SPGL e do 25 de Abril | SPGL D.I.P. (Dora Petinha)



LOGOTIPO - SPGL & 50 ANOS



SÍMBOLO - GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO





6/9/23 | Encontro Nacional de Quadros Sindicais

A necessidade e exigência de valorização da profissão e da Escola Pública

Lúgia Calapez
Jornalista

Dia 6 de setembro, na *A Voz do Operário*, mais de 500 ativistas, delegados e dirigentes sindicais, estiveram reunidos para preparar a estratégia da FENPROF e dos seus diferentes sindicatos para o ano letivo que agora se inicia. Um ano letivo que, como salientou Manuela Mendonça, na sua intervenção a abrir os trabalhos, “é o ano em que vamos comemorar os 50 anos do 25 de Abril. Uma oportunidade para sublinhar o papel da educação pública na

concretização dos valores e ideais de Abril: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, democracia”.

“É também – frisou - o momento de continuarmos a exigir que, para a escola pública, sejam canalizados os recursos humanos, materiais e financeiros necessários”. Não apenas numa perspetiva de denunciar problemas. Mas de apresentar propostas trabalhadas com os professores.

Uma ideia igualmente sublinhada em várias intervenções dos participantes.

SPGL presente

José Costa, presidente do SPGL, considerou, como questão central, “como

continuar a luta”. Num contexto em que, em relação às questões centrais dos professores, nada foi feito, e o que se conseguiu obter foi fruto da luta, a perspetiva é a luta. Num tempo que “é o tempo de ser tempo dos professores”. De entre as diferentes intervenções de delegados e dirigentes sindicais do SPGL, de referir, nomeadamente, o destaque para as questões mais sentidas pelos professores do 1º ciclo, por Cátia Domingues. Questões que se prendem com a monodocência, as condições de trabalho, velhos problemas que se arrastam, a desregulamentação dos horários (na sua articulação com as AEC). E ainda novos problemas, como o au-



mento significativo de alunos estrangeiros, a exigir os necessários apoios. Também a diferente problemática do ensino particular e cooperativo foi abordada, por Graça Sousa, que referiu a defesa de aumentos salariais dignos e equiparação ao público (em contra-posição ao anunciado acordo, entre a CNEF e os sindicatos afetos à UGT, de um “prémio” extra), as negociações em curso de um contrato coletivo de trabalho, também para os profissionais do ensino profissional e artístico, as negociações com o setor social. A dirigente do SPGL sublinhou ainda a grande vitória que representa o reconhecimento do tempo de serviço dos educadores em creche.

Algumas ideias e uma clara afirmação a encerrar

Um ano marcado pela disponibilidade negocial da FENPROF, pela luta dos docentes e por reuniões que não foram sinónimo de soluções; A luta não foi em vão, mas a obstinação do governo e a insuficiência dos resultados exigem

que continue; Um novo ano letivo, a mesma e necessária luta pela valorização da profissão, a recomposição da carreira e soluções para outros problemas; a FENPROF reafirma disponibilidade para Protocolo Negocial; Ações e lutas para o 1.º período letivo, dependendo a concretização de algumas da disponibilidade negocial do ME e da proposta de Lei do OE para 2024. Os tópicos da Resolução aprovada, por unanimidade e aclamação, no Encontro Nacional de Quadros Sindicais⁽¹⁾ constituem, no fundo, uma síntese e o esboço de um programa da luta dos professores.

No debate que antecedeu a sua aprovação, tal como na apresentação do projeto, várias ideias e preocupações foram sendo avançadas. Da afirmação de que “a estratégia do *ou vai ou racha* não é correta; a luta continua e é contínua” à preocupação de que “a tendência será diminuir a qualificação dos professores” (que aponta para a necessidade de “defender os professores com habilitação própria, criando condições para

a sua profissionalização”). Ou, ainda, o apelo à sindicalização e a manter os aposentados no sindicato, ou o destaque para a importância da informação sindical, nas suas diversas formas.

A encerrar o encontro, Mário Nogueira sintetizou as perspetivas que hoje se colocam aos professores e aos seus sindicatos: “a luta vai continuar, com abertura para negociar soluções para os problemas, com disponibilidade para apresentar e negociar as propostas que dão essa resposta a esses problemas. Mas com a mesma abertura e disponibilidade com que estamos para negociar, estamos também determinados em continuar a lutar, de uma forma séria, responsável. Com os professores e não em vez dos professores. Porque são os professores a razão de existir desta nossa FENPROF”. ■

⁽¹⁾ <https://www.fenprof.pt/media/download/EE466C6A05FB3FE942678BD1FD5F5ADB/f-215-resolucao-encontro-quadros-sindicais-06-09-23.pdf>

Greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva de estabelecimento

Sofia Vilarigues
Jornalista

Face à não resolução do grave problema de sobretrabalho a que os docentes estão sujeitos, a FENPROF e outras 8 organizações sindicais, decidiram convocar **greves ao sobretrabalho, às horas extraordinárias e a todas as atividades integradas na componente não letiva de estabelecimento a partir de 12 de setembro, primeiro dia do ano letivo**. A FENPROF afirma, em comunicado, que apesar da insistência das organizações sindicais, o ME nada fez no sentido de regularizar os horários de trabalho dos docentes, eliminando os abusos e ilegalidades que, em muitas escolas, obrigam os professores a trabalhar muito para além do limite de 35

horas semanais que a lei estabelece. Acresce que a falta de professores tem levado muitas escolas a aumentarem ainda mais a carga letiva dos docentes, com a atribuição de serviço extraordinário.

Note-se que de há anos a esta parte, as organizações sindicais têm vindo a apresentar propostas ao Ministério da Educação no sentido de encontrar respostas para o problema, hoje bem visível, da falta de professores, a qual radica na queda da atratividade da profissão que se acentuou nos últimos 20 anos.

A situação, neste próximo ano letivo, poderá agravar-se, devido ao corte no crédito de horas destinado à concretização dos planos de recuperação de aprendizagens.

Há que dignificar as condições de pres-

tação do trabalho docente, afirmam as organizações sindicais.

Estas são greves nacionais dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário que exercem a sua atividade em serviços públicos ou de resposta social, em todo o território nacional ou no ensino português no estrangeiro.

Os primeiros pré-avisos⁽¹⁾ foram apresentados no passado dia 28 de agosto, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Educação, entre outras entidades adequadas. Apesar das greves convocadas, mantém-se a disponibilidade das organizações sindicais para resolver os problemas relacionados com os horários de trabalho, entre outros. ■

(1) <https://www.spgl.pt/greves-ao-sobretrabalho-horas-extraordinarias-e-componente-nao-letiva-de-estabelecimento-serao-retomadas-em-12-de-setembro>

A desvalorização do trabalho e dos trabalhadores docentes na SCML

António Quitério
Dirigente sindical

Mais um ano escolar e aos docentes na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa continua a não ser respeitado o acordado em AE sobre o horário de trabalho, no que respeita à organização das componentes. Sendo esta uma das razões da luta, com o envolvimento outras há, como a não existência de aumentos salariais desde 2017, ou apenas uma vez desde 2019 ter sido desenvolvido o processo de progressão, quando devia de ser anual. Os sindicatos que compõem a CNS,

coordenada pelo SPGL, têm denunciado o que consideram irregular por parte da Mesa, inclusive junto do Ministério Público e correm os seus termos no DCIAP.

Com a alteração da Mesa, os sindicatos foram confrontados com a impossibilidade de assinatura da revisão do AE devido à situação financeira da instituição – assunto público. A sua assinatura permitia alguma alteração de posicionamento remuneratório e um aumento salarial. Considerando que a Mesa fez desde sempre depender os aumentos salariais da assinatura do AE, posição inaceitável e sempre manifestada pelo SPGL.

Ciente de que o compromisso das partes é pela assinatura da revisão do AE, o SPGL não aceita a sua entrada em vigor, nas condições acordadas, em datas diferentes.

O SPGL e os sindicatos que compõem a CNS continuarão a pautar-se pela defesa dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho, pelo respeito e melhoria do acordado, pela dignificação e respeito e, nesse sentido, foi solicitada mais uma vez audiência à Senhora Ministra do Trabalho, foram feitas denúncias junto da comunicação social e solicitada audiência a Grupos Parlamentares. ■

Dia Nacional de Afixação de Pendões

No passado dia 11 de setembro decorreu em todo o país a colocação de pendões nas escolas públicas e sedes de agrupamento, afirmando a necessidade de mobilização em defesa da escola pública e, em particular, alertando para o problema da falta de professores, consequência de políticas de desvalorização da profissão docente.



Mais fotografias

Oeste

Professores da região Oeste não faltam à luta

A Campanha Nacional de Afixação de Pendões iniciou-se, simbolicamente, na região do Oeste na manhã de 11 de setembro, na ES Raul Proença (Caldas da Rainha), com a presença da Coordenadora Regional, Cremilde Canoa, e vários outros dirigentes regionais. Este ato marcou o início de duas semanas de estreito contacto de todos os dirigentes e delegados da região com os sócios de SPGL e demais professores em todas as escolas da região.

Foram muitos momentos de mobilização fundamental para as difíceis e duras lutas que se perspetivam neste ano letivo. Só com o apoio firme e sem hesitações dos professores, o SPGL e a FEN-PROF poderão levar a bom porto as nossas mais que justas reivindicações.

Os professores da região Oeste não faltarão a estas lutas! ■

Cremilde Canoa | José Machado
(Coordenação Regional do Oeste)



ES Raul Proença, Caldas da Rainha



EB 2,3 Prof. Armando Lucena, Mafra



Centro Escolar de Santa Maria, Torres Novas

Santarém

Docentes afixam pendões nas escolas do Distrito de Santarém exigindo a valorização da profissão

No passado dia 11 de setembro, à imagem do ocorrido por todo o País, também na área da região de Santarém do SPGL os professores e educadores, dirigentes e ativistas sindicais, afixaram pendões nas escolas exigindo ao Governo medidas de valorização da profissão e da Escola Pública, numa ação de âmbito nacional dos sindicatos da FEN-PROF em convergência com oito organizações integrantes da plataforma sindical. A concentração de abertura da iniciativa na região ocorreu na ES Jácome Ratton (Tomar), tendo sido acompanhada de ações descentralizadas de colocação de pendões em dezenas de escolas dos concelhos de Santarém, nomeadamente Almeirim, Alcanena, Alpiarça, Cartaxo, Coruche, Ourém, Rio Maior e Torres Novas. ■



ES Jácome Ratton, Tomar



AE Almeirim - CE Charcos, Almeirim



AE Coruche, Coruche



AE de Alcanene, Alcanene

Maria do Céu Silva | Mário Pereira
(Coordenação Regional de Santarém)

Região de Lisboa em Luta pela Escola Pública

Faltam Professores. É necessário valorizar a Profissão e atrair os jovens



Escola Artística António Arroio, Lisboa



EB Dr. Sousa Martins, Vila Franca de Xira



AE Manuel da Maia, Lisboa



EB 2,3 S Prof. Reynaldo Santos, Vila Franca de Xira



EB Maria Veleda, Loures



ES Mem Martins, Sintra

ES Gil Vicente, Lisboa

Por toda a região de Lisboa, dia 11, os professores, ativistas, delegados e dirigentes sindicais, juntaram-se à porta das escolas, exigindo respeito e afirmando a continuação da luta pela valorização da profissão docente e a defesa da Escola Pública.

Foi assim, no concelho de Lisboa, na Escola Artística António Arroio ou na Escola Básica Manuel da Maia onde os seus professores se juntaram para colocar o pendão, mas também noutros concelhos como por exemplo em Loures na Escola Básica Maria Veleda, em Sintra na Escola Secundária de Mem Martins ou em Vila Franca de Xira na Escola Básica Dr. Sousa Martins, ou ainda em Cascais, na Amadora, na Azambuja, em Odivelas ou Oeiras.

Esta iniciativa integrada no calendário das ações de luta, que congrega a FENPROF/SPGL a outras 8 organizações sindicais, assinalou um novo ano

letivo com o agudizar dos problemas das escolas, nomeadamente a enorme burocratização do trabalho docente, a falta de condições de trabalho, a deterioração e o escasso investimento nos equipamentos e dos edifícios escolares, a elevada precariedade laboral, a desvalorização da profissão com a destruição da carreira, o desgaste físico e psicológico, um regime de gestão sem a participação dos professores nos níveis de decisão e a crescente dependência das autarquias, entre outros aspetos. Problemas que fazem com que inúmeros docentes tenham abandonado a profissão e que o número de jovens que querem ingressar na profissão docente seja reduzido, sendo uma ameaça para o futuro e um dos grandes problemas que afetam a escola pública. ■

Carlos Leal | Catarina Teixeira
(Coordenação Regional de Lisboa)

Setúbal

A Direção Regional de Setúbal assinalou a abertura do novo ano letivo com a colocação de pendões nas escolas

Simbolicamente, professores, ativistas, delegados e dirigentes sindicais, reuniram-se, no dia 11 de setembro de 2023, à entrada da Escola Secundária António Gedeão, em Almada, para reafirmar a sua determinação e disponibilidade para prosseguir a luta, em defesa da profissão docente e da escola pública, tendo a iniciativa prosseguido por escolas de toda a região.

Este é um ano que se inicia com um número de velhos problemas que continuam a agravar-se. O maior destes, é a crescente carência de professores, a que este país assiste, sem vislumbre de soluções.

Todavia, essas soluções existem!

O SPGL e a FENPROF, através da ação coletiva dos professores, nas escolas, nas ruas, nas negociações, exigi-las-ão!

Queremos que este novo ano seja determinante na nossa caminhada rumo a um melhor futuro!

A luta vai continuar! ■

Ana Cristina Martins | Mário Roque
(Coordenação Regional de Setúbal)



EB Frei Andre da Veiga, Sant. Cacém



ES Santo António, Barreiro



ES Emídio Navarro, Almada



ES Alfredo dos Reis Silveira, Seixal



ES Poeta Al Berto, Sines



EB do Castelo, Sesimbra



ES António Inácio Cruz, Grândola



EB 2,3 Vale de Milhaços, Seixal



AE Romeu Correia, Almada



**5.ª CORRIDA NACIONAL
DO PROFESSOR E DA EDUCAÇÃO**

LISBOA
30 SET. 2023
CENTRO CULTURAL DE BELÉM

A PARTIR
DAS **09H00**
CORRIDA
PRINCIPAL **11H00**

5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

João Pereira
Dirigente sindical

A Federação Nacional de Professores (FENPROF), com o apoio/partceria da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Atletismo de Lisboa, organiza e dinamiza a Corrida Nacional do Professor e da Educação, no dia 30 de setembro de 2023, junto ao Centro Cultural de Belém, Lisboa. Este é um evento desportivo que acontece desde 2019 e este ano celebra a sua 5.ª edição.

Sem descurar a sua génese e propósitos mais centralizados numa atividade de ação sindical, a FENPROF e os sindicatos afetos à federação procuram ter iniciativas e intervenção em outros domínios relevantes na sociedade e que vão igualmente ao encontro de interesses de educadores, professores e investigadores, sendo exemplo disso inúmeras iniciativas no campo da cultura e do desporto/lazer. Com este evento, a Federação pretende, por um lado, sensibilizar para os benefícios da prática regular do desporto e atividade física para todos, valorizando o papel dos professores e educadores na promoção da formação integral dos indivíduos; e, por outro, exigir a valorização da Escola Pública e o reforço orçamental para um investimento muito necessário numa escola que se pretende com qualidade, democrática e inclusiva.

O número de participantes, entre professores e educadores, pais e encarregados de educação, alunos, atletas federados e não federados, tem vindo a aumentar desde a primeira edição do evento, tendo a 4.ª edição atingido um milhar de participantes entre as várias provas (corridas e caminhada). A 4.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação contou pela primeira vez com a Corrida Novas Gerações, provas específicas para os escalões etários mais baixos, e a 5.ª edição vai voltar a contar com a participação de crianças e jovens, de forma a continuar a promover a prática desportiva e os valores inerentes à ética desportiva, como o respeito, a amizade, a inclusão, a cooperação e a responsabilidade.

A 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação contará com provas para todas as idades. Uma prova principal de dez quilómetros; uma caminhada de cinco quilómetros; corridas e muita animação para os mais pequenos, desde música, pinturas faciais a jogos tradicionais. Será um grande momento desportivo e de convívio entre todos os participantes. Este é um evento aberto a toda a sociedade, e tem tido a participação de inúmeros atletas de clubes federados, de grupos informais de corrida e de atletas de mobilidade reduzida que se deslocam em cadeira de rodas. A Corrida Nacional do Professor e da Educação vai estar inserida nas iniciativas de luta e reivindicação no âmbito da Semana Europeia dos Professores. ■



Dirigentes do SPGL/FENPROF divulgam 5.ª Corrida na Corrida da Festa do Avante! (3/9/23)



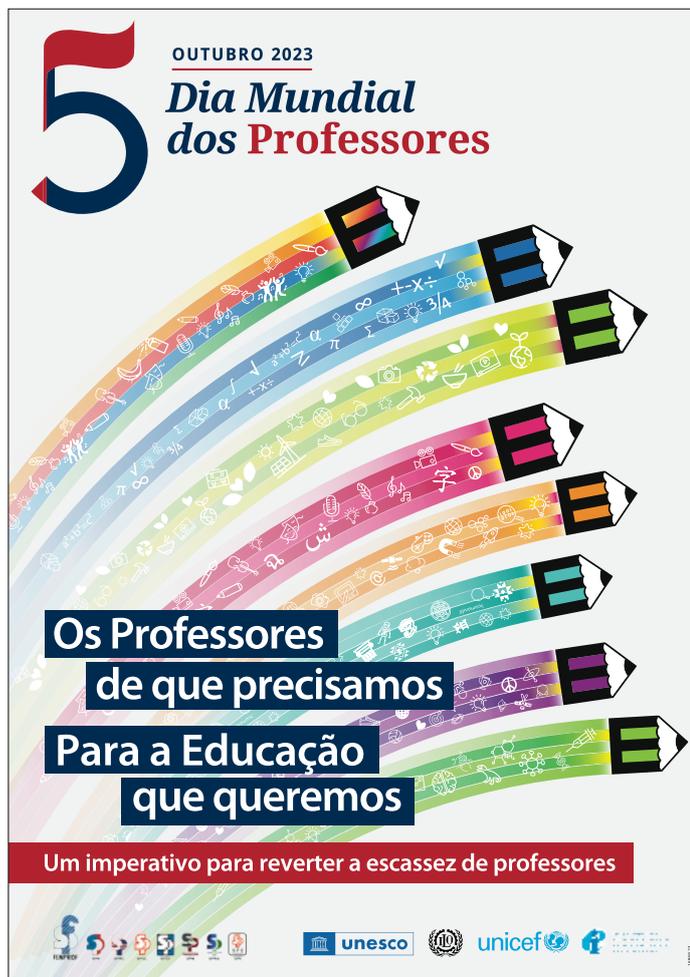
Dirigentes do SPGL/FENPROF divulgam 5.ª Corrida na Corrida do Tejo-Oeiras (17/9/23)

Semana Europeia dos Professores

Perante a atitude negocial do Ministério da Educação, marcada pela ausência de soluções adequadas à indispensável valorização da profissão docente e da Escola Pública, a luta dos professores e educadores irá continuar a ser necessária.

S em prejuízo das ações já realizadas no mês de setembro e do esclarecimento, debate e mobilização a realizar nas escolas e agrupamentos, no 1.º período letivo e até à apresentação, pelo governo, da proposta de Orçamento do Estado para 2024, estão já previstas várias ações. No âmbito da Semana Europeia dos Professores destaca-se:

- 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, em 30 de setembro (sábado);
- conferência de imprensa, em 2 de outubro (segunda-feira), para apresentação de campanha pública, através de outdoors, em defesa da profissão e da Escola Pública;
- plenário nacional junto à residência oficial do PM, em 3 de outubro (terça-feira);
- aprovação de tomadas de posição pelos professores nas escolas e concentrações locais, em especial a 4 de outubro (quarta-feira);
- conferência internacional (online) sobre a profissão docente, assinalando o Dia Mundial do Professor a 5 de outubro (quinta-feira);
- inauguração, no Funchal, da estátua de homenagem ao Professor, também em 5 de outubro;



● divulgação, ainda em 5 de outubro, do resultado do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues 2023, aberto a professores;

● greve nacional dos Professores e Educadores, em 6 de outubro (sexta-feira)

Após ser conhecida a proposta de Lei do OE para 2024, caso não corresponda a um financiamento da Educação capaz de dar resposta aos problemas das escolas e dos seus profissionais – para estas contribuirá, decisivamente, um Orçamento do Estado que atribua verbas à Educação no valor de 6% do PIB, acompanhando o que diferentes instâncias internacionais recomendam – serão agendadas:

● reuniões e plenários em todo o país para debate, consulta e tomada de posição dos docentes sobre as formas de luta a desenvolver;

● realização de concentração nacional na data em que o ministro da Educação se deslocar à Assembleia da República para defender o orçamento para a Educação.

O SPGL e os sindicatos da FENPROF empenhar-se-ão igualmente na organização e mobilização, tanto em ações convergentes com outras organizações sindicais de docentes, como com organizações representativas de outros trabalhadores, no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN.■



Ana Ferreira

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH); Dirigente do SPGL e da FENPROF; aferreira@fcs.unl.pt

Reproduzindo a academia neoliberalizada através da precarização dos seus trabalhadores

Resumo

Uma das formas de reprodução da academia neoliberalizada - caracterizada por uma concentração do Poder, uma instrumentalização do conhecimento e a institucionalização de uma cultura assente numa competição desmedida (Ball, 2015) - é a presença de uma extensa precarização dos seus trabalhadores. Em Portugal, esta situação atravessa todas as funções académicas; todas as qualificações e todos os estágios das trajetórias laborais. Os impactos da transversalidade da precariedade académica fazem-se sentir aos mais diversos níveis: numa reprodução de desigualdades estruturais; em longas jornadas de trabalho e num adiar dos planos de vida para além do trabalho; na saúde física e mental dos académicos precarizados e num regime de competição exacerbada e permanente, que favorece uma produção voraz de menor qualidade e a construção de um ambiente propício a pressões de superiores hierárquicos e assédio. Este texto concluirá que uma academia precária promotora da reprodução das suas condições estruturais, afecta profundamente as vidas dos seus trabalhadores e, colocando em causa o desenvolvimento de um ensino e de uma ciência reflexiva, dificilmente poderá contribuir de

forma consequente para a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas, e menos desiguais.

Os grandes números da precariedade

De acordo com o Observatório do Emprego Científico e Docente, dos 6719 contratos estabelecidos com doutorados para funções de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico, de gestão e de comunicação de ciência e tecnologia após o início de 2017, isto é, após a aplicação de um conjunto de iniciativas legislativas de combate directo à precariedade (i.e., Programa de regularização dos vínculos precários na administração pública, PREVPAP) e de apoio ao Emprego Científico (i.e., Programa de estímulo ao emprego científico), foram integrados permanentemente 221 doutorados através de concursos regulares para a carreira investigação; 308 doutorados através do PREVPAP e 156 doutorados através de outros mecanismos permanentes, números que englobam, nos dois últimos casos, integrações nas carreiras docentes e de investigação⁽¹⁾. Daqui resulta que mais de 90% de todos os contratos de traba-

lho estabelecidos a partir de 2017 com investigadores doutorados são precários. A estes números somam-se os números de trabalhadores científicos não doutorados; de trabalhadores com bolsas pós-doutorais e de todos os que continuam a trabalhar sem rendimentos associados.

Entre os docentes a situação é igualmente preocupante: de acordo a Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no ano lectivo de 2020/2021, há uma maior prevalência de contratos precários (52%), em larga medida contratos a tempo parcial, do que de contratos permanentes (46%)⁽²⁾.

Se é possível aceder a este quadro geral através dos instrumentos nacionais que analisam os grandes números do emprego científico e docente, até recentemente, desconheciam-se as características específicas desta população e do trabalho que desenvolve, assim como os sentidos que estes trabalhadores precarizados atribuem ao seu trabalho e à sua relação como esse mesmo trabalho. O livro «Nós Somos os Rankings». Precariedade, Reflexividade e Acção social, publicado recentemente pela Almedina (Ferreira, 2023), pretende colmatar essas lacunas. As grandes linhas que decorrem da análise sociológica

empreendida serão seguidamente apresentadas.

Os trabalhadores académicos precarizados

A aplicação de um inquérito por questionário a trabalhadores académicos precarizados revela a transversalidade desta situação laboral, uma situação que abrange todas as actividades académicas - investigação, docência, gestão de ciência e actividades próximas; a feminização desta condição (64%), mas a exclusão das mulheres das categorias superiores das trajectórias; idades compreendidas entre os 21 e os 68 anos (idade média de 38 anos), atingindo toda a extensão do período laboral; e a presença de dependentes em 49% dos casos analisados. As trajectórias laborais descritas intercalam, desordenadamente, vínculos precários e períodos sem rendimentos, uma característica que contribui para excluir deste sector todos os que não tenham redes sociais que os apoiem na ausência de rendimentos. No seu conjunto, estas características contribuem para reproduzir as assimetrias estruturais que o ensino superior pretenderia esbater e combater.

Adicionalmente, e dada a extensão da situação laboral precária, estes académicos alongam as suas jornadas laborais (entre os investigadores doutorados, 64% trabalha em média mais do que 40 horas semanais, e 17% mais do que 50 horas) e aceleram os ritmos de trabalho. Se estas características se traduzem numa produção em larga escala, percebida, pelos próprios, como de menor qualidade (entre os investigadores doutorados, mais de 69% produziu entre 1 e 4 artigos indexados no ano anterior, e 26% publicou 5 ou mais artigos indexados), elas também se traduzem em dificuldades acrescidas de conjugação da vida profissional com a vida pessoal, e

numa debilitação da saúde física e mental. Paralelamente, cria-se um ambiente onde a democracia institucional e a liberdade académica se encontram coartadas e onde medram pressões de superiores hierárquicos e situações de assédio. Face à possibilidade efectiva de desemprego, reproduzem-se as estruturas da academia neoliberalizada através das práticas laborais dos académicos precarizados. Por oposição à relatada homogeneidade prática, estes trabalhadores revelam uma heterogeneidade dos sentidos críticos que atribuem ao seu trabalho, às suas trajectórias e ao sistema científico e tecnológico. Esta heterogeneidade pode resumir-se em dois grandes grupos. Um primeiro, composto por aqueles cujos processos reflexivos também reproduzem a academia neoliberalizada: seja através de uma projecção de uma necessidade de aprofundamento da competitividade meritocrática; seja discorrendo acerca de uma necessidade de reformas pontuais para pôr cobro a ineficiências organizacionais, seja através de um ajustamento às medidas do campo. Um segundo grupo, apresenta perfis de transformação. Enquanto alguns académicos projectam potenciais trajectórias de mudança individual – ou através do abandono da academia ou de processos migratórios – outros aproximam-se dos discursos dos movimentos sindicais e associativos, mobilizando a precariedade laboral como dispositivo de organização para uma transformação colectiva. Estando a generalidade das vivências destes trabalhadores arredadas de uma participação cívica mais alargada e de uma participação democrática nas suas instituições, as suas narrativas aparentam aproximar-se mais de formas de gestão de tensões, do que se constituir enquanto instigadoras de uma agência transformadora das raízes estruturais da precarização numa academia hierarquizada e de Poder centralizado, instrumentalizadora do conhecimento e alta-

mente competitiva. Presos no que sentem como imperativos para a sua sobrevivência na academia, reproduzem, com diferentes graus de convicção, as condições estruturais que os mantêm na posição fragilizada e de dependência em que se encontram.

Um outro caminho para o ensino superior e para a ciência

Num momento em que se aproxima o final de muitos dos mais de 3500 contratos a prazo para doutorados actualmente em curso, e em que as actuais propostas governativas não permitem nem resolver definitivamente o problema da precariedade no sector, nem resolver as decorrências dessa precarização, é essencial encontrar formas de ultrapassar um regime de precariedade transversal reprodutor de uma academia neoliberalizada com repercussões graves não só para os seus trabalhadores, mas também para si própria e para a sociedade em que se insere. As actividades de ensino, de investigação, de gestão de ciência e outras actividades próximas, são funções públicas essenciais ao desenvolvimento de um sector onde se possa ensinar e investigar em liberdade, onde a democracia institucional permita a construção de uma academia de todos e para todos. Só uma academia assente nestes princípios, uma academia que garanta condições dignas de trabalho aos que nela laboram pode promover a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas, e menos desiguais. ■

Referências

- ⁽¹⁾ Ball, S. J. (2015). Living the neo-liberal university. *European Journal of Education*, 50(3), 258-261.
- ⁽²⁾ Ferreira, A. (2023). «Nós somos os rankings!» Precariedade, reflexividade e acção social na academia neoliberalizada. Coimbra: Almedina.

A autora escreve segundo o anterior acordo ortográfico.

Congresso CPLP-SE



Vai realizar-se nos dias 19, 20 e 21 de outubro, no Cinetatro de Amarante, o 1.º Congresso da CPLP-SE, com a participação da FENPROF, que assume atualmente a responsabilidade da coordenação desta organização.

José Feliciano Costa
Presidente do SPGL

A Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa surgiu da vontade de juntar forças para trabalhar no âmbito da solidariedade junto da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em articulação com a Internacional da Educação, organização da qual a FENPROF também é membro, e onde está representada no seu Comité Executivo pela Presidente do seu Conselho Nacional, Manuela Mendonça.

Entende a FENPROF que esta estrutura deve ser um espaço de afirmação junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de valorizar a língua portuguesa, mostrar a força do sindicalismo lusófono junto da sociedade e dos trabalhadores da educação, em cada um dos países do espaço da Lusofonia.

A FENPROF, reafirmando as suas responsabilidades como organização fundadora deste espaço, estará representada pela sua coordenação, nomeadamente, o Secretário-Geral e os Secretários-Gerais adjuntos e ainda pela Presidente do Conselho Nacional.

PROGRAMA DOS TRABALHOS

19 de outubro

14h30m – Sessão de Abertura da Conferência Internacional

- José Augusto Cardoso – Secretário-Geral da CPLP-SE
 - David Edwards – Secretário-Geral da Internacional da Educação
- 15h00m - Conferência Internacional “Nós fazemos Escola”. As diferentes formas de operacionalização política e sindical da campanha global da IE, Go Public! Fund Education, no espaço da lusofonia.

20h00m - Jantar de boas-vindas/confraternização aos congressistas e convidados.

20 de outubro

1.ª Sessão (Manhã)

08h30m - Abertura da credenciação de Delegados, Convidados e Comunicação Social.

09h00m - Sessão de Abertura Protocolar do Congresso: Luísa Vitorino – Em representação da Assembleia Sindical da Educação da CPLP-SE

José Augusto Cardoso – Secretário-Geral da CPLP-SE

David Edwards – Secretário-Geral da Internacional da Educação

José Luís Gaspar – Presidente da Câmara Municipal de Amarante

10h00m - Painele

Elementos do contexto político-sindical: breve apresentação temática de cada país/organização.

11h00m - Coffee Break (intervalo)

2.ª Sessão (Manhã)

11h30m - Reflexão em grupo sobre a atual situação da CPLP-SE

Eixos de análise: a CPLP-SE como movimento internacional; ações e estratégias nacionais; aspetos positivos/ações que devemos reforçar; parcerias/colaborações atuais.

12h30m – Almoço

3.ª Sessão (Tarde)

14h30m – Reflexão em grupo sobre a nossa ação sindical atual

Eixos de análise: ações e estratégias a desenvolver pendentes; ações que devemos reforçar/rever para termos mais impacto; ações que ainda não realizamos, mas que devem ser prioritárias; parcerias/colaborações essenciais a estabelecer.

16h00m - Coffee Break (intervalo)

4.ª Sessão (Tarde)

16h30m – Trabalho em plenário: apresentação das reflexões dos diferentes grupos: - alinhamento e complementos.

18h00m – Encerramento dos trabalhos.

21 de outubro

1.ª Sessão (Manhã)

09h00m – Painele

Elementos do contexto educativo e profissional: Breve apresentação temática de cada país/organização; sentido profissional; políticas públicas; principais mudanças nos últimos anos...

10h30m - Coffee Break (intervalo)

2.ª Sessão (Manhã)

09h00m - Reflexão sobre a nossa situação profissional atual

Eixos de análise: governança (financiamento, gestão, participação); carreira (acesso, formação, progressão e aposentação); qualidade em educação (currículo, avaliação, etc.).

12h30m – Almoço

3.ª Sessão (Tarde)

14h30m - Reflexão em grupo sobre o caminho para propostas sindicais/educativas da lusofonia: como construir uma visão comum.

16h00m - Coffee Break (intervalo)

4.ª Sessão (Tarde)

16h30m – Apresentação do Plano de Ação e da “Carta de Amarante”.

17h30m – Encerramento protocolar presidido por Hermínia do Nascimento Proclamação dos resultados do ato eleitoral

Tomada de posse dos novos órgãos Sociais

Intervenção do Secretário-Geral eleito.

18h00m – Encerramento dos trabalhos do Congresso.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt

●Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

●Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

●Tomar

Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt

●Torres Novas

R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt

●Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt

●Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Comissão Executiva

Eleita na 1.ª reunião da Direção Central do SPGL (2023-2027), de 22 de junho de 2023.

“1 – A Direção Central elege, na sua primeira reunião, uma Comissão Executiva que integra obrigatoriamente o Presidente, os Vice-Presidentes, o Tesoureiro, os Coordenadores das Direções Regionais e Coordenadores de departamentos de setor de ensino.” (Estatutos do SPGL, Artigo 77.º)



José Feliciano Costa
Presidente



António Anes
Vice-presidente



Cátia Domingues
Vice-presidente



Jorge Gonçalves
Vice-presidente



Branca Gaspar
Tesoureira



Anabela Tavares
Coordenação Educação
Pré-Escolar



João Barros
Coordenação
1.º Ciclo do Ensino
Básico



Sílvia Timóteo
Coordenação
2.º e 3.º CEB e
Ensino Secundário



Ana Cristina Gouveia
Coordenação
Educação Especial



Carlos Leal
Coordenador
DR Lisboa



Catarina Teixeira
Coordenadora
DR Lisboa



Cremilde Canoa
Coordenadora
DR Oeste



José Machado
Coordenador
DR Oeste



Maria do Céu Silva
Coordenadora
DR Santarém



Mário Pereira
Coordenador
DR Santarém



Ana Cristina Martins
Coordenadora
DR Setúbal



Mário Roque
Coordenador
DR Setúbal



António Quitério
Organização



Elisabete Zagalo
Contencioso/Apoio
a sócios



Manuel Guerra
Informação



Albertina Pena
Igualdade



Augusto Figueiredo
Movimento Sindical
Unitário

Assembleia Geral de Sócios

A Assembleia Geral de Sócios do SPGL reuniu no dia 21 de setembro de 2023, tendo contado com uma assinalável mobilização dos sócios do SPGL, assim como diversas intervenções. Neste âmbito releva-se a aprovação da adesão à Greve Nacional de Professores e Educadores (6 de outubro). Constataram da Ordem de Trabalhos:

1. Análise da situação político-sindical e as questões específicas da educação;
2. Decisão sobre a adesão à Greve Nacional dos Professores e Educadores no dia 6 de outubro.



No âmbito do ponto 1 destaca-se a apresentação de uma Saudação intitulada «Professores, educadores e investigadores em defesa do SNS público, universal e gratuito». Relativamente ao ponto 2, além da aprovação por larga maioria, com cinco abs-

tenções, da adesão à Greve Nacional de Professores e Educadores, assinala-se a aprovação por unanimidade da Moção apresentada pela Direção, intitulada «Por uma educação com futuro. A luta tem de continuar em defesa da escola pública e da valorização da profissão».

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)

“Desenhos” | Exposição de Clara Leitão

Ana Cristina Gouveia
Dirigente sindical

Mais uma temporada de exposições se inicia no Espaço ABC, do Sindicato de Professores da Grande Lisboa. Assim, cabe agora a vez a Clara Leitão, pintora portuguesa contemporânea conhecida por obras com temas relacionados com a natureza e ao surrealismo.

Em jeito de dados biográficos, Clara Leitão nasceu em Lisboa, Portugal, em 1985. Desde jovem, demonstrou interesse e talento nas artes visuais. Frequentou a Escola de Artes e Ofícios António Arroio, em Lisboa, onde recebeu uma formação sólida nas técnicas de pintura e desenho. Após concluir os seus estudos, o seu trabalho recebeu críticas positivas, o que levou a um aumento da visibilidade e popularidade de seu trabalho.



As pinturas de Clara Leitão são marcadas pela combinação de elementos figurativos e abstratos. Cria cenários repletos de natureza exuberante e seres mitológicos, muitas vezes retratados de forma não convencional. Além da pintura, Clara também se dedica à ilustração e ao design gráfico. Colaborou com diferentes projetos editoriais e criou capas de livros, cartazes e ilustrações para revistas. As obras de Clara Leitão já foram exibidas em várias exposições individuais e coletivas em Portugal, bem como em outros países europeus. O seu trabalho também pode ser encontrado em coleções particulares ao redor do mundo.

Tal podemos verificar neste exemplo de uma Escultura pública em Odsherred, Dinamarca, desenvolvida para o projeto 17 Goals on My Mind, com alunos de uma escola básica. Nesta exposição que agora se apresenta no Espaço ABC, intitulada “Desenhos” Clara reúne diversos trabalhos desenvolvidos entre 2019 e 2022, numa reflexão sobre as descobertas que o papel (e por vezes os tecidos) lhe proporcionaram durante esse período. Assim, fica o convite para num ambiente tranquilo e acolhedor poder visitar e apreciar esta exposição que inaugura uma nova época de exposições do Espaço ABC. ■

Informação do Departamento de Aposentados

Bráulio Martins

Coordenador do Departamento de Professores e Educadores Aposentados

1 - Organização sindical do Departamento de Aposentados - SPGL

1.1. – Organização - constituição e funcionamento do DA-SPGL

1 - O Departamento organiza-se regionalmente de acordo com o art.º 28 dos estatutos do SPGL.

2 - Em cada região é constituída uma Comissão Regional que integra até 5 membros dos Corpos Gerentes do sindicato pertencentes à respetiva região.

3 - O Coordenador Regional é eleito pela Comissão Coordenadora Regional de entre os seus membros.

4 - O conjunto dos Coordenadores Regionais constitui a Comissão Coordenadora do Departamento do SPGL.

5 - O Coordenador do Departamento é eleito pela Comissão Coordenadora do Departamento de entre os seus membros.

1.2. – Realização de reuniões regionais de dirigentes aposentados para organização das Comissões Regionais do DA:

- DR Lisboa | 20/9 – 14h30 – Sede do SPGL

- DR Setúbal | 21/9 – 11h00 – Delegação de Setúbal

1.3. – Comissão Coordenadora

- Os Coordenadores Regionais reúnem em Lisboa no dia 25/9 para eleição do Coordenador do DA e organização do funcionamento do Departamento.

2 - Organização da representação do SPGL na Comissão Coordenadora do DA-FENPROF

A Comissão Coordenadora do DA-FENPROF é constituída pelos membros da Comissão Permanente,

os membros aposentados do Conselho Nacional da FENPROF e os elementos indicados pelos sindicatos até um máximo de 20 a distribuir proporcionalmente de acordo com a sua representatividade e eleitos nos termos estabelecidos em regulamento aprovado pelas direções sindicais e ratificado pelo SN da FENPROF.

Assim o SPGL tem como representantes o Presidente, os membros aposentados do SPGL pertencentes ao CN-FENPROF, o Coordenador do DA-SPGL e 8 elementos do SPGL.

Daremos conta da organização do Departamento e do processo em www.spgl.pt



Legislação

I Série

• Portaria n.º 172/2023

Procede à atualização intercalar das pensões em 2023

• Portaria n.º 190-A/2023

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto, que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches

• Portaria n.º 192/2023

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações anuais

• Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023

Aprova o Plano 23|24 Escola+, plano de recuperação de aprendizagens e prorroga o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar

• Resolução da Assembleia da República n.º 89/2023

Recomenda ao Governo que garanta aos alunos de cursos artísticos especializados a liberdade de escolha da escola

• Resolução da Assembleia da

República n.º 90/2023

Recomenda ao Governo o reforço de formação em educação especial ao longo do percurso da docência

• Decreto-Lei n.º 62/2023 - Diário da República n.º 143/2023, Série I de 2023-07-25

Altera as regras de adaptação do processo de avaliação no âmbito do regime jurídico da educação inclusiva e as regras relativas ao processo de avaliação externa de aprendizagens

• Decreto-Lei n.º 64/2023 - Diário da República n.º 147/2023, Série I de 2023-07-31

Atualiza o regime jurídico do título académico de agregado

• Portaria n.º 262/2023

Altera a Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro, que determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao financiamento das despesas com a aquisição de equipamentos utilizados para a

realização das atividades educativas

• Decreto-Lei n.º 74/2023

Estabelece os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

• Decreto-Lei n.º 80-A/2023

Define os requisitos de formação científica das áreas disciplinares dos grupos de recrutamento de docentes titulares de cursos pós-Bolonha em procedimentos de contratação de escola

• Portaria n.º 278/2023

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que regulamenta os cursos científico-humanísticos a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual

II Série

• Despacho n.º 7637-A/2023

Procede à primeira alteração do Despacho n.º 14837-E/2022, de 28 de dezembro, que estabelece os critérios

de definição de falta de ofertas de vagas gratuitas da rede solidária e social

• Despacho n.º 7736/2023 - Diário da República n.º 144/2023, Série II de 2023-07-26

Homologadas as Aprendizagens Essenciais das disciplinas da formação artística especializada do Curso Básico de Teatro, tomando como referência a matriz curricular-base constante dos anexos iv e v ao Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

• Despacho n.º 7798/2023 - Diário da República n.º 146/2023, Série II de 2023-07-28

Cria o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de quarta geração e estabelece as respetivas normas orientadoras

• Despacho n.º 8271/2023

Estabelece as regras de atribuição do crédito horário semanal para afetação de docentes, bem como as regras para atribuição de número de técnicos de orientação e validação de competências (TORVC) a Centros Qualifica regulados pela Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro

Situações Especiais

Após um conjunto de textos relacionados com as matérias tuteladas pelo republicado Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, que essencialmente assenta no regime dos concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente, este será o último a ser tratado no âmbito do “Escola-Informação”.

A matéria em questão reporta-se fundamentalmente à “Licença sem vencimento de longa duração” e “situações específicas de graduação profissional”.

No que à primeira matéria diz respeito há que referir que o quadro legal determina que o pessoal docente que se encontra na situação de licença sem vencimento de longa duração pode “... requerer até final do mês de setembro do ano anterior o regresso ao lugar de origem.”.

Contudo, o legislador determina que a autorização para o efeito só pode ser concedida se os agrupamentos de escolas ou de escolas não agrupadas dispuserem de vaga e de horário, nos termos dos artigos 77.º e 79.º do Estatuto da Carreira Docente que regulamentam respetivamente, a “Componente letiva” e a “Redução da componente não letiva”.

No que diz respeito às “situações específicas de graduação profissional” (artigo 49.º supra identificado), o legislador determinou que “Os docentes de carreira com formação inicial conferente de grau académico de bacharelato que, complementarmente à formação profissional inicial, tenham concluído um dos cursos identificados nos despachos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 55.º do ECD até à entrada em vigor do D.L. nº 15/2007, de 19 de janeiro, **podem optar**, para efeitos de graduação profissional, entre a classificação profissional relativa à formação inicial ou a classificação conjunta de formação inicial daquele curso”.

Ainda no âmbito do supra referido quadro legal, o legislador vem também determinar que aos docentes de carreira com formação especializada é aplicado o disposto no seu artigo 11.º n.º 4.

Por sua vez, a graduação profissional dos docentes de carreira com nomeação definitiva e que adquiriram a categoria de efetivos e que não sejam profissionalizados (cfr. artigo 1 n.º 2 do D.L. nº 150-A/85, de 8 de maio, na redação dada pela lei nº 8/86, de 15 de abril) é determinada “... pelo resultado da soma, com arredondamento às milésimas, da classificação académica, expressa na escala de 0 a 20, e com o arredondamento às milésimas, do número de dias de serviço docente ou equiparado avaliado com menção de BOM contados a partir do

dia 1 de setembro de 1985 até ao dia 31 de agosto imediatamente anterior ao concurso”.

No que respeita à graduação profissional dos professores dispensados da profissionalização em serviço esta é determinada nos seguintes termos: “a) Pelo resultado da soma, com arredondamento às milésimas, da classificação académica expressa na escala de 0 a 20 e com número de casas decimais igual ao constante no documento comprovativo;

b) Com o resultado da divisão por 365 com arredondamento às milésimas, da seguinte soma:

- Número de dias de serviço docente contado a partir do dia 1 de setembro do ano civil em que o docente obteve dispensa da profissionalização, para o grupo de docência a que é opositor, até ao dia 31 de agosto do ano imediatamente anterior ao da data da abertura do concurso;

c) Com o resultado da divisão por divisão por 365, com arredondamento às milésimas, do resultado da soma que se indica:

- Número de dias de serviço docente ou equiparado, contado a partir do dia 1 de setembro do ano civil em que o docente foi dispensado da profissionalização, para o grupo de docência a que é opositor, até ao dia 31 de agosto do ano imediatamente anterior ao da data da abertura do concurso;

d) Com o número de serviço docente ou equiparado que tenha sido prestado antes da obtenção da dispensa da profissionalização, ponderado pelo fator 0,5, com arredondamento às milésimas”.

Para concluir, há que ter presente que:

- O pessoal docente é contratado a termo resolutivo e que:

- A mobilidade dos docentes portadores de deficiência visual total, amblíopes ou portadores de deficiência motora, de caráter permanente e que implique recurso a cadeira de rodas **pode ser considerado** desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos:

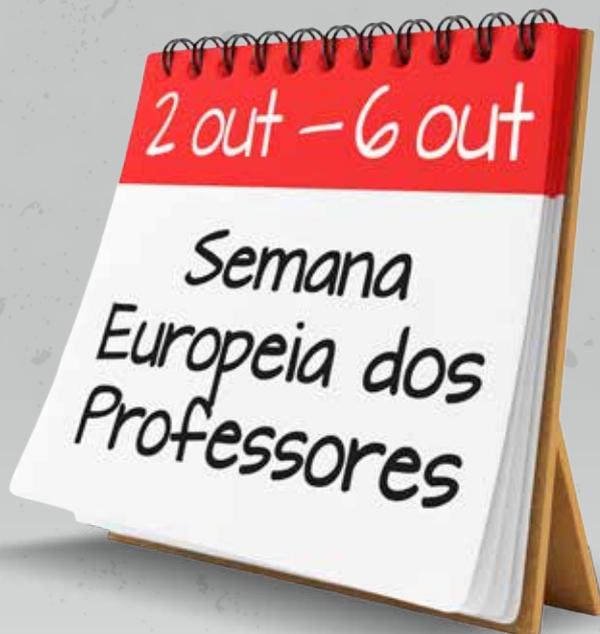
“a) O estabelecimento onde se encontram no exercício das suas funções possua os recursos físicos e os instrumentos de trabalho que garantam o exercício das respetivas funções;

b) Que os docentes tenham componente letiva não inferior a seis horas e fique garantida a sua continuidade;

c) Que seja requerida pelo próprio docente.”

Para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria em questão poderão os sócios do SPGL recorrer ao Gabinete de Apoio a Sócios e aos serviços jurídicos do mesmo.■

OS PROFESSORES EXIGEM RESPEITO



Colocação de outdoors em todo o país que permanecerão todo o 1.º período *



Plenário Nacional junto à Residência Oficial do 1.º Ministro *



Preparação da Greve nas escolas e concentrações à porta



Dia Mundial do Professor

- Inauguração do monumento (estátua) de homenagem ao Professor, no Funchal
- Anúncio do Vencedor do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues
- Conferência Internacional sobre a Profissão Docente *



Greve Nacional dos Professores *

Participa e faz deste dia, também, um momento de luta, em:



CORRIDA NACIONAL DO PROFESSOR E DA EDUCAÇÃO

Inscrições em <https://corridafenprof.sports4all.pt>



* Ação realizada em convergência com 8 organizações sindicais

OUTUBRO 2023
5 Dia Mundial dos/as Professores/as